



# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 115

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 11 DE JULHO DE 2019

ANO VIII



### SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA .....	Capa
SUP. DE RECURSOS HUMANOS .....	2700
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES .....	2701

### TAQUIGRAFIA

#### ATA DA 20ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE A DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA (Em 17 de junho de 2019)

**Presidência do Sr.**  
Jair Montes - Deputado

(Às 15 horas e vinte e seis minutos é aberta a sessão)

**A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias)** – Senhoras e senhores, muito boa-tarde. Sejam todos bem-vindos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento do Excelentíssimo senhor Deputado Estadual Jair Montes, Presidente da Comissão de Habitação e Assuntos Municipais e demais membros, após aprovação em Plenário, realiza Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a divisão político-administrativa do Estado de Rondônia.

Para compor a Mesa convidamos ao Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Jair Montes, proponente desta Audiência. Convidamos ao Excelentíssimo Senhor Paulo Henrique Schroder, Supervisor da Base Territorial da Unidade

estadual do IBGE do Estado de Rondônia. Convidamos ao Excelentíssimo Senhor Jailson Viana, Secretário Adjunto de Estado do Planejamento e Orçamento e Gestão – SEPOG.

Convidamos Excelentíssimo Senhor Claudionor Leme da Rocha, Prefeito do Município de Nova Mamoré. Convidamos à senhora Gisele Santos Viana, Assessora de Assuntos Municipais junto a Casa Civil do Estado de Rondônia. Convidamos o senhor Herbert Lins, Professor, Pesquisador vinculado ao Grupo de Políticas Públicas para a Amazônia.

**O SR. JAIR MONTES (Presidente)** – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de debater sobre a divisão político-administrativa do Estado de Rondônia.

**A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias)** – Convidamos a todos para ouvirmos o Hino Céus de Rondônia (Letra de Joaquim Araújo Lima e Música de José de Melo e Silva).  
**(Execução do Hino Céus de Rondônia)**

**A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias)** – Registramos e agradecemos as presenças das senhoras Maria Lúcia Leal, Técnica em Planejamento, representando neste ato a SEPOG; senhor Railson Bernardo, representante de Políticas Públicas da SEPOG; senhora Camila Marqueline, Gerente de Desenvolvimento de Políticas Públicas da SEPOG; senhor Márcio Felisberto, Geógrafo da Sedam; senhor Luiz Cleyton Holanda Lobato, Coordenador de Base Territorial da Unidade Estadual do IBGE em Rondônia; senhor Fábio José Alves de Sousa, da Comunicação Interna do IBGE; senhor Paulo Tico, Presidente do Sindicato dos Vigilantes – SINTESVRO, senhor Ruymar Pereira, representante do Grupo Teatral GTDF; senhor Manoel Maurício Matos, Presidente da COPERON, da Assembleia de Deus de Anápolis; senhor Francisco Holanda, representando neste ato a Federação das Associações Comerciais e Empresariais - FACER.

**O SR. JAIR MONTES (Presidente)** – Desde já, nós agradecemos a todos pela vinda nesta Audiência Pública, a

#### MESA DIRETORA

Presidente: LAERTE GOMES  
1º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON  
2º Vice-Presidente: CASSIA MULETA

1º Secretário: ISMAEL CRISPIN  
2º Secretário: DR. NEIDSON  
3º Secretário: GERALDO DA RONDÔNIA  
4º Secretário: EDSON MARTINS

#### SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - *Hélder Risler de Oliveira*  
Departamento legislativo - *Maria Aparecida Silva N. Lima*  
Divisão de Publicações e Anais - *Róbison Luz da Silva*

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria  
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

qual nós consideramos muito importante. Desde já aqui já agradecer a presença das pessoas aquifirão aqui a explanação, do IBGE, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Paulo Henrique, muito obrigado por ter vindo; o Secretário Adjunto Jailson Viana, representando o Governo do Estado, através da sua Secretaria SEPOG, obrigado Jailson. Excelentíssimo Senhor Claudionor Lemos, Prefeito de Nova Mamoré, creio que é um dos municípios mais atingidos, não é? E tem muita vontade de que a Assembleia Legislativa, através da Assembleia, IBGE, Governo do Estado, possamos encontrar aqui um caminho, uma solução. Estamos com o Herbert Lins, Geógrafo importantíssimo também para esta reunião; a Gisele, representando aqui... A Gisele tem até uma atribuição nova - não é, Gisele? - atribuída pela própria, Casa Civil. Está de parabéns e leve o nosso cumprimento ao Secretário Chefe da Casa Civil Júnior Gonçalves, por ter, juntamente ao Governador Marcos Rocha, por demonstrar essa sensibilidade com os municípios. Então, a Gisele é diretamente dentro da Casa Civil, Prefeito Claudionor, ela é responsável por tratar com prefeitos, vereadores a questão municipal. Então, parabéns Gisele, você vai ter um árduo e longo caminho aí a percorrer. A gente deseja sorte na sua gestão. Convidar para vir à Mesa, o senhor Edgard Menezes Cardoso, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM. Uma salva de palmas para o senhor Edgard. Nós temos algum vereador que está aqui conosco, vereador de algum município? Algum prefeito, que não foi convidado, chamado ou chegou agora? Ok. Eu vou ler aqui a pauta que nós aprovamos. Autor Deputado Jair Montes, e outros deputados também que assinaram conosco. "Requer a realização de Audiência Pública no dia 17, às 15 horas, com o objetivo de debater a Divisão Político-Administrativa do Estado de Rondônia". Senhores da Mesa, a gente sente o clamor, não só o clamor da Região de Nova Mamoré, o clamor da Região de Guajará-Mirim, mas o clamor de todos os municípios, que corresponde lá de Vilhena até a Ponta do Abunã. E o IBGE é fundamental para que possa nos esclarecer algumas questões e possa nos ajudar naquilo que nós pretendemos fazer. Vou colocar aqui de forma muito sucinta e também muito objetiva. Quando fui vereador na capital, Chico, e depois candidato a deputado estadual, visitamos muitas e muitas regiões do Estado. E uma coisa que me deixou assim meio que preocupado, Secretário, foi quando eu fui lá à Nova Mamoré, na sétima, oitava Linha, lá dentro, e a gente observou que ali tinha um pequeno agricultor, um sitiante, um fazendeiro, um cidadão com o seu filho ainda de idade escolar. E há doze anos que aquelas vicinais e travessões, pontes, bueiros, 12, 10, 08 anos, que o município, não de Nova Mamoré, que aqui está o Prefeito Claudionor, mas o Município de Porto Velho, nosso Prefeito de Porto Velho, não só ele, o Prefeito Hildon Chaves, mas outros prefeitos, que a responsabilidade daquelas vicinais, é do Município de Porto Velho, nunca mandaram um maquinário fazernada. Então, o cidadão está lá jogado ao léu.

Só que aquele cidadão que está ali, Chico, pertence a Porto Velho, mas ele é de Nova Mamoré. E ali, eu vi o Prefeito Claudionor fazendo trabalhos nas vicinais que são de responsabilidade de Nova Mamoré, do lado, outra vicinal de Porto Velho, um beneficia e outro não beneficia. Sendo que aquele cidadão que mora lá, paga os seus impostos lá para a Nova Mamoré, ele tem o filho matriculado na escola de Nova Mamoré, ele trabalha em Nova Mamoré. Assim, as atividades

dele são em Nova Mamoré, mas ele está sob a responsabilidade ali de Porto Velho. E, se o Prefeito for trabalhar em prol das vicinais que são de Porto Velho, acontece o que Prefeito? Vai levar uma improbidade. Não é isso? Aí tem que fazer um Termo de Cooperação, é um imbróglio tão grande, que às vezes, até desiste.

Então, é para isso que propomos esta Audiência Pública, para que nós possamos fazer um trabalho da Divisão Político-Administrativa do Estado de Rondônia. Rever, melhorar. O Estado cresceu muito. E, nós temos que, como políticos, pensar na ponta. Quem é a ponta? É o povo.

E eu falei na rádio, hoje, se a gente trabalha, mas não trabalha em prol das pessoas é em vão o nosso trabalho. O trabalho político é o trabalho do ser humano e tem que ser em prol do semelhante, em prol das pessoas.

E a divisão está prevista no artigo 6 da Constituição Estadual. E devemos fazer levantamento da Legislação Federal.

Então, até eu convidei aqui para vir o Deputado Federal Léo Moraes, não chegou ainda. Porque se precisar, também, nós temos também quem lute por nós em Brasília.

Eu vou abrir a palavra aqui ao senhor Herbert Lins, Professor, Pesquisador, vinculado ao Grupo de Políticas Públicas da UNIR. Professor, o senhor tem aí no máximo, no máximo 10 minutos para poder explorar de maneira bem sucinta, para que possamos aqui abrir aqui para as outras autoridades.

**O SR. HERBERT LINS** - Eu quero desejar boa-tarde ao Deputado Jair Montes, meu líder do qual faço parte da sua Assessoria Técnica Parlamentar. Mas hoje aqui eu estou na condição de Pesquisador vinculado ao Grupo de Pesquisa de Políticas Públicas para a Amazônia, de qual Líder é o ex-reitor, o Magnífico Reitor e meu amigo particular Januário Amaral, Professor da UNIR, a quem devo muito o conhecimento que tenho hoje na Geografia, essa pessoa, eu não poderia abrir essa fala sem citá-lo. Quero agradecer a presença das demais instituições aqui e do Prefeito Claudionor, que eu conheço há 15 anos, a gente dando aula lá na Escola Luciana Moronari, no Distrito de Palmeiras, e você em Nova Dimensão. E para quem não sabe o Prefeito Claudionor é uma criança, é um adolescente, um adulto. Tem Mestrado em linguagem, pela UNIR, preparado. E é filho do PIC Sidney Girão - Projeto Integrado de Colonização Sidney Girão, que movimenta toda economia na região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia, Nova Mamoré, palco da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, mais conhecida como a "Ferrovia do Diabo".

Eu gostaria também, deputado, se o senhor me permite, agradecer a toda equipe técnica que se envolveu nesta Audiência Pública; os nossos colegas de gabinete; as nossas Assessorias de Bairros; todos os Assessores envolvidos; os Prefeitos; Vereadores; também o Cerimonial; Taquigrafia; Equipe de Som; a Secretaria Legislativa. Então, vocês foram fantásticos para que isso acontecesse. Então, Filmagem; Equipe de Som; todo mundo. Vocês estão de parabéns aqui pelo apoio ao Deputado Jair Montes. E agradecer, também, ao Deputado Laerte Gomes, o nosso Presidente da Assembleia e aos demais Parlamentares que atuam nesta Casa junto com Deputado Jair Montes, que assinam a propositura conjuntamente com ele.

Mas a ideia desta Audiência Pública partiu de um encontro que nós tivemos, uma visita que tivemos à Prefeitura,

como Assessor Parlamentar, e lá estavam os colegas da Sedam na pessoa do Marcos Felisberto, estava o IBGE na pessoa do Cleyton, eu acho que era o Cleyton, não era? E tinha mais alguém que eu não lembro, eu não me recordo, Alisson, Railson, também estava lá, eu acho que é da SEPOG. Estavam em reunião com o Prefeito, o Prefeito me convidou, eu entrei com ele na sala para a gente discutir a atualização da carta cartográfica do Estado de Rondônia. Ou seja, a nova Divisão Político-Administrativa a partir dos recursos de geoprocessamento.

Na campanha eleitoral, o Deputado Jair Montes percorreu a sétima, a oitava, a quinta. A segunda Linha, terceira Linha da Bacia do Ribeirão. A quarta, a quinta, a sexta, e a sétima Linha da Bacia do Araras. Cada estrada vicinal dessas aqui em Rondônia se chama Linha, compreende 35 km. Não é isso, Prefeito? E todas terminam na Linha 21. Parte da Linha 21 é atendida pelo Município de Nova Mamoré e Porto Velho, mas a grande parte, Nova Mamoré, uma pequena pelo município de Porto Velho. Só que a sexta, parte da sexta Linha também, uma pequena parte fica em Porto Velho, a maior é nova Mamoré.

A sétima e a oitava Linha é dividida meio a meio, metade Porto Velho, metade Nova Mamoré. E foi um drama, como disse aqui o Deputado Jair Montes, que relatou este drama. E foi uma promessa de campanha, ele me autorizou a gravar o vídeo e a gente buscar no mandato parlamentar dele, uma solução para isso.

Então, a solução está aqui hoje, uma Audiência Pública inicial para levantar a temática, para discutir junto com os órgãos competentes que é o IBGE, que nós da Academia sentimos muito, estamos solidários aos ataques que o IBGE vem sofrendo, eu sou bastante consciente disso. Eu sou geógrafo e sei da importância do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para a nossa Nação, para a nossa soberania e para o nosso País. Jamais ficarei de joelhos e me curvarei aos ataques que o IBGE sofre e os cientistas sociais. E dizer que tem a SEPOG, que é importantíssima também junto a esse trabalho que o deputado propõe em nível de Estado, de mediar os conflitos entre os municípios com relação aos limites territoriais. Tem também agora a Gisele, que eu já conheci, fui apresentado pelo Júnior Gonçalves, que de forma acertada a trouxe para atender os municípios, uma Assessora Técnica voltada para atender os municípios, as demandas dos municípios e fazer os encaminhamentos a Casa Civil e tem também a Sedam. A Sedam que vai ser importantíssima também junto nesta questão de geoprocessamento. Não sei se o Sipam também pode ajudar futuramente, isso aí quem vai dizer são vocês hoje aqui nesta Audiência Pública. E eu conto muito, como assessor parlamentar do Deputado Jair Montes, para que vocês nos orientem a fazer os plebiscitos, as confecções das leis, o passo a passo para alterar e fazer com o que esses municípios, as pessoas que estão lá na ponta, que dependem do maquinário que entra da prefeitura, que possa ser atendido a partir dessa possível mudança, ou melhor, reordenamento territorial, não é isso? Reordenamento territorial desses municípios que têm área de conflitos.

Então, a proposta aqui hoje, o IBGE, Sedam e SEPOG é a gente dar o pontapé inicial para revisar todas as leis municipais de criação dos municípios, não é isso, Dr. Fabrício? Para que a gente possa junto com o Deputado Jair Montes, nós como

técnicos, assessor parlamentar que nós somos, e eu como pesquisador, possa estar trabalhando junto ao gabinete para que o Deputado Jair Montes promova, ele seja um mediador de conflitos, para que se resolvam todas essas áreas que têm problemas de atendimento de serviços públicos, principalmente com relação à manutenção de estradas para escoar a produção da agricultura familiar, esta é a proposta.

Então, eu agradeço enormemente ao Deputado Jair Montes, a confiança em mim depositada; agradeço a cada membro do gabinete, a sua família e amigos e ao Prefeito Claudionor que saiu 276 km para estar aqui. Vencemos as diferenças partidárias, vencemos as cores partidárias e estamos aqui porque eu e ele pensamos Nova Mamoré em primeiro lugar. Então, fica aqui o agradecimento, e eu vou ser curto e breve para que a Audiência não se estenda tanto, tem muita gente para falar. Já dei o recado para as instituições, o que o gabinete, o que o Deputado Jair Montes quer e deseja. E que aqui a gente possa escrever um novo capítulo na história de Rondônia, que justiça seja feita para aquelas pessoas que mais precisam, e que comece com aquele homem de coragem e homem de palavra que é Jair Montes, muito obrigado.

**O SR. JAIR MONTES (Presidente)** – A Audiência Pública também é aberta a população. Então, se algum de vocês quiser contribuir e fazer alguma pergunta, deixar sua reivindicação, nós temos a Naiara, você pode fazer sua inscrição com ela, que nós vamos dar de 02 a 03 minutos para você também participar conosco nesta Audiência.

Com a palavra agora, Excelentíssimo Senhor Claudionor Leme da Rocha, Prefeito do Município de Nova Mamoré.

**O SR. CLAUDIONOR LEME DA ROCHA** – Uma boa-tarde a todos, boa tarde Deputado Jair Montes. Eu quero inicialmente parabenizá-lo por esta propositura. O senhor tem sido muito sensível as nossas causas e eu acho que este é um tema de muita relevância para o nosso município e é por isso que hoje estou aqui. Porque a gente entende, e ao longo do tempo a gente tem sofrido com isso, porque como já foi falado aqui pelo Professor Herbert, nós temos estas dificuldades. Esta equipe formada pelo IBGE, a SEPOG, a Sedam, que está fazendo a atualização do mapa, de acordo com a lei de criação dos municípios, já vai alterar alguma coisa na composição do nosso município. Então nós temos a Linha 29-C que passará um trecho que nós nem sabíamos que era de Guajará-Mirim, mas era de Guajará-Mirim e Nova Mamoré sempre atendeu lá. Ainda bem que ninguém nunca denunciou nada. Como também outros trechos que são de Porto Velho e que nessa atualização do mapa, a lei passará para Nova Mamoré.

Mas, além disso, nós temos outras situações, como foi falado aqui, com o acesso pela BR-425 que vai até Guajará-Mirim, do entroncamento do Abunã até Guajará-Mirim, nós temos a sétima Linha, a oitava Linha, que você anda 15 quilômetros, 16 quilômetros nela e você está no território de Nova Mamoré. A partir daí você já está no território de Porto Velho, o acesso de Porto Velho é por Nova Mamoré. Você vai até o entroncamento, até a Vila da Penha, até o rio Taquara pela BR Porto Velho, daí você entra em Nova Mamoré, anda por 15 quilômetros na estrada vicinal e daí você chega a Porto Velho de novo. Então, você sai de Porto Velho e entra em Nova Mamoré e entra em Porto Velho de novo.

Da mesma forma, pela RO 420 que vai até Buritis, alguns chamam de 421, outros de Linha D, também você tem a Linha 21, 23, 25, 27, 29 que você tem uma quantidade de quilômetros, 20, 30, 40 quilômetros que é de Nova Mamoré e o restante da Linha, o final da Linha é de Porto Velho. Da mesma forma, você tem que sair de Porto Velho, entrar em Nova Mamoré para chegar a Porto Velho de novo. E fica difícil para o município de Porto Velho atender dessa forma e também Nova Mamoré existem os impedimentos legais. E aí, tanto na estrada, deputado, que já foi dito, e o cidadão não entende isso.

Quando eu estava fazendo campanha, quando eu fui candidato, que eu passava na casa dessas pessoas, elas reclamavam por que a 5 quilômetros a estrada estava boa e a dela estava ruim. E eu disse: "olha, eu vou lutar, eu vou conversar com o Prefeito de Porto Velho, quem ganhar lá, para ver o que a gente consegue fazer, mas eu não posso dizer que vou fazer, não vou enganar". Depois de três anos das eleições, eu voltei na casa de uma senhora lá, Deputado, há alguns dias e ela disse: "eu não acredito que você não teve vergonha de vir aqui, você teve coragem de vir aqui". E aí, mas, nós fomos lá numa situação, que o deputado intermediou também, numa cooperação que estamos fazendo com o município de Porto Velho, mas depois de três anos a última cooperação que conseguimos fazer foi em 2015 e agora estamos fazendo de novo para poder recuperar essa Linha. Eu falei para ela: "Mas, quando eu estive aqui, eu não menti para a senhora, eu disse a verdade, e só agora nós estamos conseguindo, finalmente, acho que nós vamos conseguir fazer a sua estrada".

Então, hoje nós temos essa dificuldade. Mas não é só estrada, é educação. Essas Linhas que hoje pertencem a Porto Velho, o transporte escolar que transporta esses alunos é de Nova Mamoré. E, inclusive, em alguns desses locais, como antigamente não se sabia muito ao certo onde era a divisa, nós temos escolas que são mantidas pelo município de Porto Velho, aquelas escolas multisseriadas de Linha, são do município de Nova Mamoré.

Então, assim, hoje nós temos também do outro lado, lá perto de Campo Novo, uma Linha que é de Nova Mamoré, mas é muito próxima de Campo Novo e distante de Nova Mamoré e a mesma dor de cabeça que Porto Velho dá para nós, nós também damos para Campo Novo.

Então, eu acho que é importante discutir. Hoje a gente vê essa discussão de criação de novos municípios, mas eu acho que o mais importante do que isso é a organização dos territórios dos municípios, de forma que seja possível a administração.

A gente entende que é difícil para Porto Velho administrar um miolo que fica encravado no meio de Nova Mamoré, como também é difícil para Nova Mamoré administrar uma Linha que fica lá pertinho de Campo Novo, que é mais próximo de Campo Novo do que de Nova Mamoré, que as máquinas de Campo Novo estão lá perto e a de Nova Mamoré estão a 150, 200 quilômetros de distância.

Então, assim, mais uma vez, deputado, eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa. Eu acho que é muito importante, vai resolver esses problemas que nós temos aí.

Estamos aqui para discutir e para participar dessa discussão, que com certeza será muito importante para o nosso município e para os nossos cidadãos. E eu quero aproveitar, desculpa, que a gente se empolga assim, e vai falando,

cumprimentar aqui também os demais componentes da Mesa, o Paulo Henrique, representante do IBGE; o Secretário Edgard; o Dr. Jailson, representante da SEPOG; a Gisele, da Casa Civil e o professor Herbert que já foi professor de Nova Mamoré, ainda é, está afastado das suas funções, mas é professor do nosso município e também conhece a problemática, os problemas que nós enfrentamos.

Então, muito obrigado e a gente está aqui à disposição, mas, eu acho que é isso que eu queria falar, da dificuldade que nós temos como gestor, da dificuldade que o cidadão tem, porque ele não entende porque o meu vizinho tem e eu não tenho, porque é que quando eu vou reclamar o prefeito diz que não pertence ao município de Nova Mamoré, se é lá que eu faço as minhas compras, se é lá que eu tenho a minha conta bancária, se é lá que eu vou passear, se é lá que...

Então, isso é muito difícil, é muito complicado. Então, desde já, muito obrigado.

**O SR. JAIR MONTES (Presidente)** - Parabéns, Prefeito. A gente fica feliz, Prefeito, porque a gente veio de uma atuação muito forte como vereador e, quando eu cheguei... Há coisas que, como vereador, a gente, Jailson, é meio que limitado, Francisco, - você sabe disso, não é? - e aqui na Assembleia, eu falo pra todo mundo: eu estou no céu, eu estou no paraíso.

Porque aqui é diferente. Não tem nada a ver o mandato de vereador com o mandato de deputado. Vereador apanha todo o tempo, aqui não. Aqui já bate, já não apanha. É diferente.

Então fico feliz, porque quando eu cheguei aqui, eu vim de um embate muito grande num condomínio, eu estou como Presidente da Comissão de Habitação. Eu venho de um embate muito grande com um condomínio chamado Cristal da Calama, final da Calama, e conseguimos ali, como vereador, entregar quase 2.000 casas, e ficou para trás 950 casas. E agora, como deputado, a gente fez uma Audiência Pública aqui. Geralmente, Audiência Pública é para encher linguça, não se resolve nada, é mais para fazer politicagem do que outra coisa. Mas eu tenho comigo o seguinte: Audiência Pública é para resolver, é para nós sairmos daqui já para deixar algo encaminhado e correr para a gente fazer a diferença. Fizemos Audiência Pública e conseguimos já o sorteio das 975 casas que faltaram. Agora está na parte de vitória para entregar. Então, acho que, no mês de julho agora, mais mil pessoas estão se mudando para suas casas, graças ao trabalho nosso.

Em, outro trabalho nosso, o Flor do Maracujá, que é agora no final de junho, o Secretário estava colocando lá dificuldades. É uma Audiência Pública, vai ser em agosto.

Conseguimos também resolver a situação juntamente com a Federon, o Governo do Estado, através da Secretaria.

Graças a Deus, resolvemos. Esse aqui é a terceira luta nossa, a terceira bandeira, que é bem pesada, Jailson, também, bem pesada.

Eu quero aqui convidar Diego Euler, é isso? Adjunto do DER, está aí? Venha para Mesa aqui, irmão. Arruma uma cadeira aqui para o Diego. Desde já, quero aqui agradecer ao Coronel Meireles, que é o diretor do DER, juntamente com o Diego.

Prefeito, foi um trabalho nosso, sim. Um trabalho de várias mãos, não só minha, mas um trabalho seu, um trabalho da Prefeitura de Porto Velho, através do Prefeito Hildon Chaves, através do Secretário, que agora colocou um Secretário que

conhece a pasta, que é o Secretário da Agricultura Luiz Cláudio, ex-deputado federal, e a gente tinha ali a informação de que o maquinário não ia fazer a linha. Aí, recebemos aqui a visita da Márcia, com seu esposo, e nós conseguimos, junto com o Coronel Meireles, a manutenção do maquinário para que se terminasse ali a sétima, oitava, aquilo que pertence a Porto Velho, juntamente com seu trabalho, a sua colaboração. Parece que concluiu, não é isso? Vai fazer, não é? Então, graças a Deus, a coisa está andando. Daqui a alguns dias eu estou lá, visitando aquela região.

Com a palavra, Excelentíssimo Senhor Dr. Jailson Viana, Secretário Adjunto do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão — SEPOG.

**O SR. JAILSON VIANA** - Nosso boa tarde a todos os senhores e senhoras. Quero cumprimentar aqui o nosso Deputado, o Doutor Jair Montes, e demais membros aqui da Mesa. E parabenizar o senhor, Deputado, porque é uma causa que vem se arrastando aí, pela soma que eu fiz aqui, há 29 anos, porque a lei que foi criada foi de 1990, não é? De lá para cá, nunca houve uma iniciativa por parte do Estado em resolver a situação, ou seja, em 90, havia vários municípios e distritos, que hoje são municípios. Então, foram crescendo de forma desordenada.

Essa iniciativa dos senhores realmente é louvável, merece aplausos.

Foi falado aqui, nobre Deputado, em problemas. E aí realmente a situação começa a complicar quando o município vizinho pede investimento em educação, o prefeito fala: - não, mas não compete a mim fazer isso daí; não compete a mim fazer escola; compete a outro prefeito. Precisa de estrada! - Opa, daqui para cá, a competência não é minha mais. Aí, eu preciso de investimento em transporte escolar. - Também não compete a mim. Mas, muitas vezes, revestido com um sentimento de bom senso, de humanidade, o prefeito acaba resolvendo a situação. Mas resolvendo infringindo uma norma jurídica, mas cumprindo um senso moral, um senso de justiça.

E é nessa linha que eu quero dizer aos senhores o seguinte: a SEPOG, juntamente com a Sedam, juntamente com o IBGE, agora em meados de fevereiro de 2019, assinaram um Termo de Cooperação, em que os três órgãos, juntamente com os municípios, vão sentar e buscar uma saída junto com os prefeitos para resolver esse problema. É claro que hoje não se vai resolver tudo. Nós estamos começando uma discussão, a primeira, aliás, não é Deputado? A primeira e não vai esgotar aqui hoje.

Eu fiquei pensando aqui nas palavras do nobre Prefeito.

Problema saúde, educação, só se resolve uma situação quando você faz a adequação da linha limite o Estado, o município perde um espaço, perde uma linha territorial e aí vem outra pergunta: "como fica a questão do repasse constitucional – FPM? Eu estou perdendo espaço, com certeza, uma parte da minha receita é responsável para cobrir Educação, Saúde, eu vou perder, outro problema. E muitas vezes o que acontece também, tem outro problema de ordem civil. A pessoa mora em território, mora no município e trabalha no município vizinho. Outro problema: onde você é domiciliado Jair Montes? Você é do município de Nova Mamoré ou de Campo Novo ou de Guajará?

Então, fica essa celeuma jurídica que pode complicar também no campo civil. Então nós temos aí mais um problema, civil, área tributária e outro problema também que pode vir a ser discutido, na área criminal. O crime iniciou em Nova Mamoré, iniciou e isso se executou em outro município, e aí quem é competente nessa seara? É Campo Novo ou Nova Mamoré?

Então, têm muitas situações de ordem jurídica que são relevantes, têm que ser discutidas e têm que ser resolvidas.

Eu acho que o passo inicial foi dado aqui, graças a Deus, um ponto muito importante. Quero dizer ao nobre Deputado, aos membros aqui da Mesa, que a SEPOG está de portas abertas, todos os técnicos estão aqui presentes e daqui a pouco eu vou apresentar aqui uma matéria, uns slides, e dizer que estamos à disposição. O assunto é sensível e merece uma atenção especial. Muito obrigado a todos.

**O SR. JAIR MONTES (Presidente)** - Até eu já deixei agendado aqui, e passar aqui outra pauta, muito, essa é bem triste, é do que ocorre no Estado de Rondônia e a nossa próxima Audiência vai ser em agosto, se não me falha a memória dia 26 de agosto, nós vamos tratar um assunto relacionado a câncer, o que causa tanto câncer no Estado de Rondônia. Eu vou fazer algumas visitas em alguns Estados e vamos tentar trazer alguns pesquisadores para essa Audiência do dia 26 de agosto.

Então, é uma pauta que eu tenho certeza que, infelizmente, aqui na nossa, nossos amigos que estão aqui conosco, alguém da sua família já sofreu, já morreu ou tem câncer, infelizmente. E, às vezes nós não sabemos, Chico, o que dá tanto câncer, uns falam que é do mercúrio, outro fala que é da água, outro fala que é do esgoto, outro fala que é da carne, outro fala que é do peixe, outro fala que é dos venenos.

Então, assim, a gente vai trazer, tratar desse assunto muito relevante aqui para o nosso Estado. Para vocês terem uma ideia, nós somos o único Estado, praticamente, que temos um hospital fora de Barretos o Hospital do Câncer e é colocado aqui em Porto Velho, por quê? Porque quando o Henrique Prada perguntou: "você é da onde"? 40% das pessoas que fazem tratamento em Barretos são aqui de Rondônia. Então assim, é um número alarmante e a gente tem essa Audiência agora, como deputado também fazer essa Audiência, sair daqui uma pesquisa para que nós possamos saber o que causa tanto câncer no Estado.

Com a palavra, Excelentíssimo Senhor Edgard Menezes Cardoso, Secretário Adjunto do Desenvolvimento Ambiental – SEDAM.

**O SR. EDGARD MENEZES CARDOSO** – Boa tarde a todas as senhoras e aos senhores, ao Deputado Jair Montes. O senhor falando, Deputado, de resultado, e aí eu me lembro de uma Audiência que nós tivemos sobre a questão do alagamento, das inundações das propriedades rurais em decorrência do levantamento do nível da água, por conta do barramento do rio Madeira. Dizer que nós cedemos o espaço, um helicóptero logo, três semanas depois foi feito sobrevoou, o pessoal da Defesa Civil e também um o técnico da Emater que voou aí duas horas fazendo levantamento. Não sei se o senhor teve acesso a esse relatório, mas se o senhor não teve procure a Defesa Civil do Município que fez esse trabalho.

Então a preocupação do senhor com relação ao nível, com relação à situação daquele povo lá, que o senhor se referiu especificamente a Nova Mamoré onde o lençol de água subiu e trouxe transtorno.

Quero dizer para o senhor também dessa condição que ocorre lá em Nova Mamoré porque eu sou testemunha disso.

No ano 2008, 1998, praticamente são 21 anos já, eu andei naquela região, prefeito. Aquela região lá, realmente, a demanda e a reclamação eram muito grandes da população.

Eu acho que a sensibilidade do nosso Deputado em ver essas situações, porque aquela população, como ele disse, fica muito desprotegida e precisa, realmente, do Poder Público ajudar.

Quero dizer também que nós temos uma equipe permanentemente dentro da Sedam, que trabalha com o IBGE e a SEPOG no sentido de sanar essas situações.

Quero cumprimentar o Prefeito Claudionor porque ele reconhece também que há uma situação do outro lado. Campo Novo de Rondônia acaba pagando uma conta alta que devia ser de Nova Mamoré e que não é. Precisa ajustar.

E aqui, senhora Gisele, quero cumprimentá-la e dizer que a senhora vai ter um desafio muito grande, porque no Estado nós temos problemas. É Ariquemes versus Alto Paraíso, uma situação muito complicada, aquela divisão foi feita em um momento de interesses, de questão de arrecadação por conta da atividade de Bom Futuro, e Campo Novo versus Nova Mamoré que apareceu aqui agora. Mas outras demandas com certeza virão. Então, eu quero parabenizá-la por este desafio, porque a senhora vai ter um desafio e é grande. E, dizer que a nossa equipe dentro da Sedam está pronta para ajudá-la.

Cumprimento os demais, permita-me, em seu nome, cumprimentar os demais presentes à Mesa.

Dizer, Deputado, que essa situação realmente é preocupante, quando o cidadão está no interior de uma área lá, e ali eu vi pessoas egressas de outras regiões do Estado, completamente desfavorecidas e desassistidas. Eu digo isso, porque naquele período que eu fiz a segunda aproximação do zoneamento socioeconômico do Estado e trabalhei naquela região e senti muito as dificuldades e as demandas. E, isso parece que foi esquecido. O prefeito veio, se preocupou, e eu acho que o senhor tomou essa bandeira. É uma atitude corajosa.

Eu acho que é justa. Aquela população não pode ficar lá desassistida. E o meu colega aqui, o Secretário Adjunto me adiantou alguns fatos, aos pixelzareiros, bastante interessantes, que ele vai falar oportunamente.

Então, eu quero dizer da nossa disposição da Sedam, da equipe que nós mantemos lá. Aqui tem o Márcio Felisberto, que vai fazer uma apresentação e mostrar exatamente o trabalho que tem que ser feito, precisa ser feito no Estado. E à senhora Gisele, dizer que é, realmente, uma situação muito preocupante e que precisa ser sanada. Muito obrigado.

**A SRA. ELAINE REGINA PEREIRA MAIA (Mestre de Cerimônias)** – Registramos e agradecemos a presença da senhora Elaine Guimarães, Assistente Técnica, representando neste ato o gabinete do Vereador Zequinha Araújo. Senhor Apodi Freitas, Presidente da Associação de Agricultores Rurais do Belmont.

Convidamos agora para falar, o senhor Márcio Felisberto, que é Geógrafo da Sedam e vai apresentar alguns slides sobre a parte operacional do Acordo de Cooperação Técnica.

**O SR. MÁRCIO FELISBERTO** – Em nome do Deputado Jair Montes, que é o proponente desta Audiência Pública, em nome do Secretário Adjunto da SEPOG e da Sedam e demais autoridades presentes, eu cumprimento a todos. Como já dito, eu sou analista lá da Sedam, Geógrafo, e vou apresentar para vocês aqui o que é esse Acordo de Cooperação Técnica que a Sedam, a SEPOG e o IBGE estão desenvolvendo.

Então, como disse, o Acordo contempla essas três entidades. Em relação à SEPOG, o compromisso da SEPOG nesse âmbito é o Acordo propriamente dito na construção desse acordo e articulação institucional entre o Estado entre os prefeitos e demais órgãos. A Sedam trabalha na operação técnica da atualização da base cartográfica, trabalhando com geoprocessamento, propriamente dito. E o IBGE, tirando a parte da articulação institucional, ele faz tudo e mais um pouco, que além de fazer todo o trabalho, ao final tem a responsabilidade de realizar a homologação da base cartográfica.

Nesse trabalho que nós estamos desenvolvendo tem duas atividades principais. Quais são elas? Atualização da legislação vigente e a correção cartográfica. Em um primeiro momento, eu estou colocando para vocês aqui, tem parte aí que está cobrindo, não consegue tirar, não é? Pois bem, eu vou fazer uma retrospectiva da dinâmica territorial da divisão municipal do nosso Estado desde 1940 até hoje. Aqui nós temos três municípios: Alto Madeira, Guajará-Mirim e Porto Velho.

Essa retrospectiva é para vocês entenderem a necessidade de realizar a atualização da legislação.

Dois municípios, ali cobriu o ano, só Porto Velho e Guajará-Mirim.

Sete municípios, a lei ali é de 1977. Além dos dois municípios que já existiam, Porto Velho e Guajará, foram criados mais cinco municípios: Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena. Aqui é 199... Ali em cima tem outra data, mas aqui é com base em 1981. Em 1981 foi criado o Estado de Rondônia, ali tinha vinte três municípios salvo engano, apenas. Já em 1991, salvo engano, ali cobriu a data também, mas enfim. Inúmeros municípios foram criados a partir de 1991, e algumas Leis de Criação dos Municípios.

Essa daqui já é a base atual, já em 2019. Essa base cartográfica aí está disponibilizada pelo IBGE, é de 1980, apenas 07 municípios, os cinco que foram criados em 1977, mais os dois, Porto Velho e Guajará. Esse aqui já é uma base cartográfica de 1991, com vinte e três municípios, reflexo da criação do Estado de Rondônia, em 1981, vinte e três municípios apenas. Na sequência, dos vinte e três municípios, foram desmembrados, e foram criados novos municípios, a exemplo ali de Porto Velho, que mais abaixo ali, onde tem Campo Novo e Buritis, que no slide anterior pertencia a Porto Velho, nesta nova configuração de 52 municípios, que é a configuração atual, já o Município de Porto Velho, já está um pouco menor, e você tem outros municípios que foram criados ali. Perfeito. Aí eu entro na questão da atualização da Legislação.

Machadinho d'Oeste, por exemplo, no slide anterior, era um pouco maior, foi desmembrado, foram criados outros municípios. Se você pegar a Legislação de Machadinho d'Oeste, hoje, está tal como antigamente. Consta como se a área de Machadinho d'Oeste fosse do tamanho antigo, desconsiderando a criação dos novos municípios. Então, isso daqui, é só um

trabalho simples, de fazer uma correção, refazendo o memorial descritivo da Lei, excluindo esta área dos municípios novos que foram criados.

Essa parte que eu coloquei para vocês aqui da dinâmica territorial da divisão dos municípios, é para vocês só entenderem a questão da importância de corrigir e atualizar a legislação, ou seja, havia municípios anteriormente com tamanho significativo, foram desmembrados, foram criados novos municípios, mas a Lei não foi atualizada, perfeito?

A outra parte, que é a parte da correção da base cartográfica, o que é? Quando você cria um município, você coloca ali o memorial descritivo, o município tal, parte do rio ou da estrada, ou da linha, ou do paralelo, e segue por esse caminho até tal ponto, até fechar o polígono que dá área do município.

Como essas Leis, foram criadas há muitos anos, e a tecnologia de antigamente não é a mesma tecnologia de hoje, então, havia-se algumas limitações. Eu coloquei para vocês aqui um exemplo de Vilhena, aquela Gleba Iquê, que inclusive saiu no jornal, foi muito discutida, muito divulgada. A linha divisória, que é essa linha vermelha que passa bem no meio desse polígono colorido aí, era o limite vigente do IBGE da época, tanto é que a linha passa no meio da cidade de Vilhena, e a outra parte era considerada como sendo de Mato Grosso, mas era só uma distorção ali na interpretação da legislação.

Então, o IBGE foi em campo, a Sedam foi em campo, corrigiram e hoje esta parte está toda para Rondônia. Não significa que Mato Grosso perdeu área e Rondônia ganhou.

Essa área sempre foi de Rondônia. A questão era que existia um equívoco na delimitação cartográfica e passou a ser computado ali, mais de 15 mil hectares para Rondônia.

Sobre a questão de precisão cartográfica, eu coloquei um exemplo para vocês aqui. Olha essa linha vermelha que está na imagem, é a linha do limite territorial do IBGE vigente hoje. Com a evolução do recurso tecnológico, a gente tem uma imagem que a gente consegue ver com precisão a calha do rio. Então, ou seja, a linha de limite municipal segue a calha do rio. Como antigamente as imagens não tinham uma resolução muito boa, então, você vê que foi feito ali de uma forma meio distorcida. Hoje você consegue fazer com uma precisão melhor, então, você tem uma correção de área aqui.

No final, quando você for calcular, tem município que vai ganhar um pouquinho mais, outro vai ficar com pouquinho menos, não significa que município "A" está perdendo e município "B" está ganhando, na verdade a área é aquela ali.

Eu não poderia deixar de trazer aqui um exemplo, já que o foco da Audiência Pública é Nova Mamoré, eu trouxe aqui algumas correções que nós já fizemos, inclusive em relação ao município. Lá no canto esquerdo, lá no superior que está lá ponto um. Fizemos uma correção na base cartográfica, a linha atual do IBGE fala que segue a calha do rio Taquara até a foz, onde ele desagua no Madeira. Só que você coloca uma imagem com melhor resolução, você vê que a linha desse Igarapé Taquara passa por outro caminho. Então, ou seja, tem uma diferença ali de 127 hectares entre o que está hoje na base cartográfica, e o que nós corrigimos.

Tem outro ponto ali, que a parte cobriu, que ainda é referente ao Igarapé Taquara, e diz que segue pela calha do Igarapé Taquara até encostar no paralelo 10. Só que chegou um momento que essa linha divisória deixa de seguir o Taquara e ela assume o curso de um rio, afluente que não é o Taquara.

Então, conseguimos identificar isso em campo, fizemos a correção e teve ali, está cobrindo, mas teve um ganho significativo de área para ser computada para o Município de Nova Mamoré.

Outro ponto relevante, também, é o ponto 6 ali, olha. É o ponto, que fala sobre a questão da nascente do rio Laje. A base atual considerava outro rio como sendo o rio Laje. Nós fomos a campo, conseguimos identificar qual era o rio Laje, fomos até a nascente, e o resultado desta correção cartográfica é a diferença de 5.400 hectares a favor de Nova Mamoré.

Aí têm outros pontos ali, que é questão de limite natural, e é redundante no que já coloquei.

O próximo slide já seria o último, não é? Então, de que forma que a Sedam e o IBGE estão desenvolvendo este trabalho? Com dois procedimentos metodológicos simples. Um é o geoprocessamento. A gente trabalha com imagens de alta resolução, trabalha com a base cartográfica numa escala de detalhes. E o que não é possível a gente conferir através do geoprocessamento a gente vai a campo, e é o que a gente tem feito, para juntos, na parceria com o IBGE, e vamos atrás dos cursos naturais, dos paralelos. O que for, o que tiver de limitação para a gente conseguir identificar no gabinete, a gente vai a campo para tentar resolver a situação.

Essa é a atividade principal que nós estamos desenvolvendo. Não estamos deliberadamente alterando o limite, alterando a legislação, aumentando o limite dos municípios. O que estão sendo corrigidas, essas áreas que eu comentei, que Nova Mamoré ganhou, na verdade, sempre foi de Nova Mamoré. Na verdade, equivocadamente computava-se para Porto Velho, mas ela sempre foi de Nova Mamoré. E essa correção visa fazer essa modificação e atualizar a base cartográfica.

E no mais, aí o Paulo, lá do IBGE, e o Cleyton poderão dar maior esclarecimento a respeito do nosso trabalho.

Obrigado.

**O SR. JAIR MONTES (Presidente)** - Quero aqui agradecer a bela explicação do Márcio Felisberto. A gente já, com essa explicação nós já tivemos uma noção melhor e, assim, bem aprofundada, daquilo que é grandioso. Então é algo que o mandato passa, mas os benefícios ficam. É isso o que nós temos que pensar. Não só para mim, mas todos os que estão aqui, esta Mesa passa, mas vai deixar um benefício grande para o Estado de Rondônia.

E a gente nota aqui e já, já vai falar que o Paulo Henrique, que é do IBGE, nós notamos que está defasado, não é? Como está defasado! Então, quantos anos que ninguém tem coragem de enfrentar, que também não é fácil fazer um enfrentamento desse nível. E a gente precisa muito, muito do Governo do Estado, muito do IBGE, muito dos Prefeitos, porque nós temos que fazer Audiências Públicas e, em muitos casos, até plebiscitos em alguns locais - certo? - para a gente poder fazer alteração nessa Lei.

Com a palavra agora, já estamos quase encerrando a nossa Audiência, que está sendo muito proveitosa, e antes de encerrar, e claro que vai chegar na fala, a gente vai, depois, propor aqui, depois não, vamos propor aqui, já temos uma comissão trabalhando, é isso Jailson? E a gente dá uma encorpada nessa Comissão. Vou me colocar à disposição, com

a Assembleia e colocar também outros deputadostambém, aproveitar também aí a Gisele que vai precisar estar conosco nesse trabalho. Os Prefeitos também se engajando nesse trabalho, para que possamos ter uma equipe quanto maior, quanto melhor o pensamento, nós possamos avançar e possamos estar de mãos dadas, sem vaidade alguma, sem mostrar quem é melhor, mas mostrar o que melhor é o nosso Estado e mostrar que o melhor é aquilo que a nossa população tanto precisa e merece ter, um atendimento rápido, pronto pelos seus Prefeitos.

Com a palavra, o ser Paulo Henrique Schroder. É parente do cara da Globo, lá? É, não é? Então você tem a palavra aí, tem os minutos que achar necessário para fazer. E sabe disso, que o IBGE tem uma função importantíssima, porque vai pesar o nome de vocês em todo esse trabalho aí, que nós pretendemos fazer. Fique à vontade.

**O SR. PAULO HENRIQUE SCHRODER** - Boa tarde a todos.

Deputado Jair, eu agradeço o convite pelo IBGE estar presente aqui; também a Mesa com os Secretários, Prefeitos e Assessores.

O que me deixou feliz é ver que o plenário tem bastante gente. Normalmente, a gente faz as reuniões e tem a participação em alguns municípios, mas a gente não vê muito a população presente. Obviamente esse trabalho que a gente tem hoje, do acordo técnico junto com a SEPOG e Sedam, é um trabalho mais técnico, que é justamente fazer este acerto, o que está escrito na Lei e como é que está representado isso no mapa. Então basicamente esse é o trabalho inicial, ele é um trabalho que vai envolver muito mais coisas.

No ano passado nós fizemos a apresentação aos Prefeitos, foram convidados todos os Prefeitos, a SEPOG assinou com todos os Prefeitos de Rondônia um Termo de Cooperação para eles estarem sempre juntos com a gente para eles auxiliarem nos trabalhos, porque é importante.

Nós temos que lembrar, como o Márcio mostrou aqui na apresentação, o último município de Rondônia foi criado 1995, foram dois municípios, um era Chupinguaia, acho que o outro era São Felipe, se não me engano, foram os dois municípios. E nestes últimos anos, e até aquele período, vamos assim dizer, a ocupação ainda não era tão forte. Muitos municípios foram criados e você tinha uma grande área, uma grande extensão territorial sem ocupação. E esta ocupação foi forte nesses últimos anos e esta pressão sobre os limites também foram se agravando, foram aumentando a cada ano que passava.

Para o IBGE é muito importante ter todos os limites bem definidos, por quê? Porque como vocês cansaram de ouvir falar da gente, nós trabalhamos com as pesquisas. Oficialmente, todas as informações que o Governo usa para fazer sua política pública, se ele tiver que construir uma escola, se ele tiver que fazer uma casa de saúde, qualquer outra coisa, material que ele precisa, é o IBGE que coleta esta informação.

Às vezes, a gente recebe a porta fechada porque a pessoa não quer dar informação para a gente. A gente está lá com os nossos pesquisadores batendo na porta e o cara fecha

a porta. Só que ele não sabe que lá na frente, aquela informação que ele deixou de dar vai atrapalhar numa política pública que ia ser de benefício dele. Como o Professor Herbert passou agora a informação, a gente tem recebido bastante pressão.

O IBGE é um dos poucos órgãos dentro do Governo Federal que não aceita ser, entre aspas, manipulado, porque, justamente, nós temos que dar uma informação preciosa para a população.

Se a gente deixar abrir a nossa pesquisa para ser manipulada, quem vai sofrer é a população do Brasil.

Então, a nossa pesquisa tem que ser fidedigna. Ela tem que ser exatamente o que o campo, a nossa coleta está demonstrando. E, às vezes, isso, a resposta, às vezes, é meio dura, principalmente para o gestor.

Dentro do IBGE, o meu trabalho, eu sou Supervisor da Base, assim como o Professor Herbert também eu sou Geógrafo; eu, o Luiz Cleyton, o Márcio, nós somos Geógrafos.

Trabalhamos com a delimitação do território, rodamos este Estado de cima abaixo, conhecemos cada lugarzinho daqui, cada povoado, cada vilarejo, cada distrito, cada sede de município. Por quê? Porque nós vamos fazer nossas pesquisas, nós precisamos ter esses dados.

Muitas vezes, todo mundo imagina que o IBGE que é o responsável pela divisão municipal dos municípios, pela criação dos municípios, mas isso, hoje, é uma prerrogativa do próprio Estado.

A partir de 1988, a Constituição de 1988, através do seu artigo 18, passou essa, na verdade já existia, já era uma prerrogativa do Estado, mas ela botou no papel: olha, a partir desta data, fusão, criação, desmembramento dos municípios é papel do Estado. Então o Governo de Rondônia, no caso, que é responsável por esse trabalho aqui.

Cabe ao IBGE estar acompanhando, porque nós temos que repassar informações, porque não é uma coisa simples você simplesmente chegar: vou desmembrar o município.

É necessário fazer um estudo de viabilidade, é necessário verificar se aquela área que vai ser cedida para outro município não vai gerar um problema para o município que vai ceder. É necessário ver a população que está ali presente, é necessário ver a economia que existe naquela área. A gente sabe que é uma necessidade, há uma correção desses limites, porque como eu falei antes, o Estado cresceu e ocupou as áreas que antes não tinha ninguém. E isso, às vezes, gera problemas que já está gerando em Nova Mamoré, ele já recebe, por exemplo, o pessoal de Cerejeiras, o pessoal de Chupinguaia, o pessoal de Santa Luzia, de São Filipe. Eles têm problemas nos seus territórios e querem fazer um acordo para fazer essas correções.

Esse primeiro trabalho é muito importante, por quê? Porque justamente está abrindo o caminho para fazer esses trabalhos. As prefeituras estão cientes que a gente está fazendo. Um dos primeiros municípios que nós já estamos trabalhando é Nova Mamoré, justamente porque Nova Mamoré possui um acordo junto com o Governo do Estado, e aí houve esta prerrogativa de trabalhar nos limites de Nova Mamoré. E aí a gente já verificou, e como o Márcio já mostrou que são alguns pontos que têm que ser corrigidos.

Isso quer dizer que a Lei está errada? Que o mapa deu errado? Não, porque tecnologicamente, quando foi feito o limite



era um mapa que tinha um jeito. Quando você pega uma imagem de satélite da década de 1970, cada espaçozinho media 80 metros. Hoje você pega cada espaçozinho com 2 metros e meio. Você tem uma qualidade muito grande, dos chamados pixels, que é um termo técnico que a gente usa na área de georreferenciamento, mas é a mesma coisa que você pegar uma imagem do computador e você vai dando zoom, vai aumentando, vai aumentando, até que chega uma hora que foi, toda imagem saiu e ficou só um quadradrão assim enorme, não sei se vocês já perceberam isso. Aquele quadrado, a gente chama de pixel. E cada quadrado, cada espaço daquele lá, nas imagens de satélite da década de 70, media 80 metros.

Hoje a gente consegue fazer com que a imagem meça até 30 centímetros. Aí, você olha uma imagem de satélite, você consegue ver a tua casa, teu carro parado na frente, por quê? Por que a imagem está bem mais detalhada. E com essa melhoria, a gente consegue fazer também esse trabalho que a gente está fazendo agora de fazer esses ajustes.

Tem muito trabalho, a gente está aberto sempre para a participação de todos, para conversar com todo mundo. O IBGE mesmo está sempre disponível para todo mundo, para tirar dúvida, para poder auxiliar no que for preciso.

Então, agradeço novamente a oportunidade de estar aqui presente e sempre que vocês precisarem é só chamar a gente, que a gente vem aqui.

**O SR. JAIR MONTES (Presidente)**- Obrigado, Paulo Henrique.

Eu quero aqui também cumprimentar a presença de Fábio Camilo, jornalista. O Fábio Camilo hoje está na 93.3, de meio dia à uma hora; na TV Cultura, Canal 25 para toda Rondônia.

Obrigado por se fazer presente. É importante também, eu estive no seu programa hoje também, tocar esse assunto que é importante para todo Estado de Rondônia. O senhor está vendo aqui a grande importância, temos que trabalhar essa modernização, vamos dizer assim, e arrumar essa lei aí em benefício dos municípios.

Francisco quer falar? O Chico vai dar uma palavra aqui.

**O SR. FRANCISCO HOLANDA IANANES DE OLIVEIRA**- Boa tarde a todos, a Mesa através do Deputado Jair Montes. Por fazer parte do setor produtivo, eu quero aqui deixar uma contribuição, via, no caso, específico a FACER, que é a Federação das Associações Comerciais do Estado de Rondônia, na qual o Presidente é o nosso parceiro Paco, de Ariquemes. Mas eu sempre digo o seguinte: quem mora nos municípios, os empresários que moram nos municípios e as Associações Comerciais estão nos municípios. Então, eu quero aqui deixar à disposição dos trabalhos, necessário sendo, setor produtivo, a Federação da Agricultura também, a Faperon, ou seja, está à disposição, são todos parceiros, obviamente, na qual a gente tem certa liberdade de falar em nome deles aqui, pela autorização do Presidente, de estarmos exatamente a fazer sua parte. Porque não é só o setor público, não é só o setor do Legislativo, mas, nós do setor produtivo, também temos que dar a nossa contribuição, a nossa participação.

Eu quero aqui, de antemão, deixar à disposição exatamente dos senhores, tanto a Associação Comercial através da FACER quanto também a Associação da Agricultura através da Faperon, à disposição para, se necessário for, participar de

algum tipo de trabalho que seja do interesse coletivo e de maneira pública. Obrigado.

**O SR. JAIR MONTES (Presidente)** – Obrigado, Francisco. Mande o nosso abraço a toda classe produtiva deste Estado.

Então, a gente vai encerrar esta Audiência Pública, mas, antes eu quero deixar a cargo do Professor Herbert, redigir uma Ata e nessa Ata envolver todos os atores e fazer o convite ainda ao Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, OAB, a Casa Civil já está aqui, a bancada federal através do Lúcio Mosquini, que é o coordenador da bancada federal, e depois a gente colher a assinatura de todos eles. Nós não temos o Helder, o Helder está na Bolívia, é o Diretor Legislativo desta Casa, então a gente vai fazer e vai colher assinatura. Já tem esse grupo de estudo para a gente poder encampar com vocês, com a Assembleia para que possamos aí corroborar e também dar o nosso benefício do que for necessário. Combinado então assim, Secretários? Alguém tem algo a falar ainda, antes de encerrar a nossa Audiência?

**O SR. LUIZ CLEYTON HOLANDA LOBATO** – Bom, boa tarde a todos. Eu sou Luiz Cleyton do IBGE. A gente compõe a equipe técnica do convênio e deixar um recado, a gente está às vésperas do censo demográfico. Ano que vem temos o censo demográfico e um convênio desses gera os produtos finais para o censo demográfico, contagem da população, que isso é superimportante para os municípios, para o Estado de Rondônia. Então deixar o recado aqui para os legislativos aqui, o pessoal, representantes das prefeiturasque o IBGE está preparando a base e, ano que vem, nós vamos ter essa operação censitária, que é muito importante para o planejamento, para as políticas públicas.

Então, fiquemos atentos e contamos com apoio do Estado, com o apoio da Assembleia Legislativa para que agente faça um bom censo demográfico. Em que pese a nossa conjuntura política não favorável com questões orçamentárias, com limitações extremas, estamos aqui nesta Audiência Pública aproveitando a oportunidade para lembrar toda a população que o censo demográfico é muito importante. Está ok?

Obrigado.

**O SR. JAIR MONTES (Presidente)** - Eu quero aqui agradecer a cada pessoa que saiu da sua casa, que esteve aqui conosco, muito obrigado! Amanhã é Dia do Evangélico e nós teremos aí um feriado em Porto Velho. Que Deus possa abençoar a cada um de vocês. Obrigado por estarem aqui. O nosso trabalho de parlamentar é esse: um trabalho que busca, a cada momento, trazer e levar ao conhecimento da população do Estado de Rondônia e, acima de tudo, buscar os benefícios, aos quais a população tem direito.

Desde já, agradeço aqui ao senhor Paulo Henrique, ao senhor Edgard Menezes, ao Dr. Jailson Viana, ao senhor Claudionor Leme, à Gisele dos Santos Viana, Professor Herbert Lins, todos vocês que estiveram aqui conosco, IBGE, Sedam, muito obrigado ao Governo do Estado, muito obrigado pela participação de vocês.

Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública.

**(Encerra-se esta Audiência às 16 horas e 39 minutos)**

**ATA DA 21ª AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PARA DISCUTIR SOBRE A LEGISLAÇÃO ESTADUAL  
RELATIVA AO TERCEIRO SETOR,  
NO ÂMBITO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
(Em 24 de junho de 2019)

**Presidência do Sr.**  
EYDER BRASIL - Deputado

(Às 9 horas e quarenta e cinco minutos é aberta a sessão)

**O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias)** – Senhoras e senhores, muito bom dia a todos. A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao requerimento do excelentíssimo Deputado Estadual Eyder Brasil, após aprovação em Plenário realiza Audiência Pública com o objetivo de discutir sobre a Legislação Estadual relativa ao Terceiro Setor, no âmbito do Estado de Rondônia.

Desta forma, nós convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública o senhor Deputado Eyder Brasil, proponente desta Audiência Pública; Sabrina Carvalho da Silva, Chefe de Núcleo do Terceiro Setor da Casa Civil; a Excelentíssima senhora Liana Silva de Almeida Lima, Secretária Adjunta de Assistência Social; senhor Armando Mario da Silva Filho, Auditor Fiscal, representando a Secretaria de Estado de Finanças; senhor Roger Francis Cardoso, Vice-Presidente da Junta Comercial do Estado; senhor José de Arimatéia Filho, Diretor Vice-Presidente da EMATER; senhor Rafael Vargas, Diretor Presidente do Instituto Norte Amazônia de Apoio ao Terceiro Setor; senhora Irmã Lina Ambiel, Diretora Geral do Hospital Santa Marcelina; senhora Giusi Fulco, Diretora Geral da Associação Casa Família Rosetta.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir sobre a legislação estadual relativa ao Terceiro Setor, no âmbito do Estado de Rondônia.

**O SR. RONI FREITAS DA SILVA (Mestre de Cerimônias)** – Nós fazemos questão de convidar também a senhora Raquel Lins Keller, captadora de recursos do Hospital Amor Amazônia.

Está presente e nós fazemos questão que ela esteja conosco à Mesa de Honra.

Nós pedimos aqueles que puderem para que se coloquem em pé. Ouviremos o Hino Céus de Rondônia, Letra de Joaquim Araújo Lima e Música de José de Melo e Silva.

**(Execução do Hino Céus de Rondônia)**

**O SR. RONI FREITAS (Mestre de Cerimônias)** – Estejam todos a vontade. Registramos e agradecemos a presença da senhora Nilza Maria Ferreira, Presidente da Associação de Pais e Amigos do Autista, a AMA/RO; senhor José Hélio dos Santos, Presidente da Associação Vida Ativa; muito bom dia ao senhor Michel Esteves, técnico da Associação Nacional dos Catadores; a senhora Eleinar Ferreira da Fonseca, Presidente da Associação dos Professores de Espanhol; nossos cumprimentos a Senhora Tereza Maria Tom, vice-secretária da Organização da Promoção

de Assistência Social – OPAS, do Município de Rolim de Moura; nosso muito bom dia ao senhor Marcos Antônio Grutzmacher, Presidente da Associação Esportiva Universo de Porto Velho; senhora Ivonete Silva da Rocha Firmino, que representa o Instituto de Desenvolvimento Cultural Social Jovens das Nações, as nossas boas-vindas; senhor Antônio Carlos Berssane, Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Velho, uma honra tê-lo conosco; senhor Radilson Reis da Silva, Coordenador de Projetos Sociais da Secretaria de Segurança – SESDEC; a senhora Evelyn Fátima de Souza, vice-presidente da Associação Monte Sinai, também nos honra com a presença; senhor David Ribeiro da Silva, Presidente da Associação Brasileira de Ação Social da Amazônia, ABRAÇA; senhora Maraíza Suellen, representando a Associação Cultural de Desenvolvimento do Apenado e Egresso, os nossos cumprimentos; senhor Vinicius Meireles de Lima, Presidente do Grupo Comunitário da Zona Sul – G14, a nossa saudação.

Nós cumprimentamos com grande alegria os integrantes do Centro Social Madre Mazzarelo – CESMMAZZA, muito obrigado pela presença; senhor Luiz Carlos Alves, Presidente da Clínica de Repouso Beneficente Jesus de Nazaré. Os nossos cumprimentos a senhora Nair Rocha Basseio, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Cabixi; nossos cumprimentos a Dra. Daniela Mota, advogada da FECOMÉRCIO; senhor Ezequiel Silva, Presidente da União Portovelhense das Associações UPA e Presidente da Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia, nós cumprimentamos com grande alegria; senhora Joyce Konageski, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Social e Profissional – IDESP, muito obrigado pela presença; a senhora Janete Araújo, Diretora da Associação PESTALOZZI, também nos honra com a presença; senhora Francisca Hirla Lima de Souza, Coordenadora da Associação Acolhedora Confrontando Gigantes, muito obrigado pela presença; senhor Francisco de Assis Leite Barbosa, Presidente da Associação Beneficente Lar São Francisco; senhora Ângela Maria Ferreira de Castro, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança – CONSEG, nosso carinho e referência a todos os senhores.

Com a palavra o Senhor Presidente, proponente dessa Audiência Pública, Eyder Brasil.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Obrigado Roni. Quero agradecer a Deus pela oportunidade de estarmos aqui, iniciando mais uma semana, essa derradeira semana de junho, derradeira semana do 1º semestre do ano de 2019 para discutir um tema tão importante, que é a questão da legislação a respeito do Terceiro Setor, a 3019, as legislações estaduais também, os decretos. Que nós possamos realmente dialogar, conversar e sairmos daqui hoje, ao término dessa Audiência Pública com encaminhamentos para que seja tomado, seja pelo âmbito do Governo do Estado de Rondônia, o Executivo; seja no âmbito de alterações e proposições de novas Leis aqui nessa Casa de Leis, enfim, os atores que são pertinentes a esse tema, as associações, as cooperativas, as ONG's que estão aqui presentes, eu fico muito feliz por vocês terem acolhido o nosso convite, aceito o nosso convite de vir dialogar a respeito do Terceiro Setor. Quero aqui parabenizar e agradecer o meu amigo Rafael Vargas, minha amiga Liana, por estarem aqui, na pessoa de quem eu cumprimento todas

as autoridades que compõem esta Mesa aqui e dizer que para nós como deputado estadual, Portovelhense que somos, conhecedores desse, do Terceiro Setor, para mim é uma honra está realizando hoje esta Audiência Pública, que ela seja exitosa e que nós possamos colher frutos desse diálogo dessa manhã.

Sejam todos muito bem-vindos. Já quero iniciar a nossa palestra com a senhora Maria Luiza Coelho Guimarães, que representa a Secretaria de Estado Para Resultado, nossa EPR. Teremos duas apresentações, duas palestras, as autoridades da Mesa, algumas pessoas que vão falar, mas quero deixar aberto aos presentes aqui que não tem como haver um diálogo se vocês também não participarem com as falas de vocês, não é? Com conhecimento que vocês trazem, com as experiências que vocês trazem. E realmente o objetivo hoje aqui é nós dialogarmos, eu entender vocês como parlamentar e assim analisar o cenário para que nós possamos fazer os encaminhamentos necessários e assim resolvemos algumas situações que são, vamos dizer assim, que travam esse sistema, esse, o Terceiro Setor, não é Rafael? Então queria deixar aberto aqui as nossas amigas do Cerimonial vão estar fazendo o registro de quem gostaria de falar também ao final da nossa Audiência.

Com a palavra a senhora Maria Luiza.

**A SRA. MARIA LUIZA COELHO GUIMARÃES** – Bom dia! Eu sou a Maria Luiza, eu sou analista de sistema da EPR, e eu vou falar um pouquinho do software do Terceiro Setor que é SISPAR.

O SISPAR, eu participei de algumas, de alguns desenvolvimentos de funcionalidades desse software em 2016, porém, em 2015, foi à necessidade de criação destes sistemas para agilizar e agregar eficiência entre o 3º Setor e as Entidades, as quais querem participar dos serviços públicos. Então o SISPAR é o sistema Integrado de Parcerias de Descentralização e Execução das Políticas e Serviços Públicos, ele foi batizado e foi criado em 2015, em parceria da DETIC e o Terceiro Setor.

Falar um pouquinho do sistema, ele trata-se de um software que possibilita o cadastramento e controle das identidades tanto como no seu gerenciamento em torno das quais precisam estar aptas para participação dos serviços e políticas públicas, assim como inclusão dos programas pelas secretarias a qual são disponibilizados para que essas entidades possam fazer a participação. A missão do Projeto é agregar a eficiência, agilidade e transparência aos procedimentos de credenciamento em gestão das entidades e de programas do Terceiro Setor, dando apoio ao planejamento e controle do trabalho. O software, então, ele possibilita tanto uma transparência de informações dando uma segurança para ambas as partes tanto do Terceiro Setor como as identidades; agrega eficiência, pois as entidades não precisam encaminhar até o Terceiro Setor para que se realizem todo credenciamento e agilidade desse processo tanto porque as entidades do Estado inteiro não têm a necessidade de vir até Rondônia, até Porto Velho, para realizar o credenciamento da sua entidade.

Os componentes principais a qual o software abrange: tem o gerenciamento de cadastro, todos os cadastros de identidade com todos os documentos aptos a qual ele possa participar de algum projeto; gerenciamento das secretarias a qual todas as Secretarias do Estado podem estar no sistema sendo gerenciado pelo Terceiro Setor, cujo seus representantes

também são gerenciados pelo Terceiro Setor; gerenciamento de programas que são gerenciados pelas secretarias a qual vão propor; gerenciamento das propostas que são feitas pelas entidades após estarem com seus credenciamentos aptos, e o gerenciamento de prestação de contas que é uma etapa a mais a qual a secretaria gerencia as propostas das entidades. Por que utilizar o SISPAR? O SISPAR é o principal instrumento de credenciamento das organizações e sociedade civil interessados em realizar parcerias com o Governo do Estado de Rondônia, o sistema oferece tudo o que o gestor público e o gestor OS, precisa para celebrar e gerenciar as parcerias, ou seja, todas as etapas podem ser abordados pelo sistema e é bom que todas elas passam todo o gerenciamento através do seu próprio sistema em comunicação com o Terceiro Setor. Nós temos aqui uma abordagem em nível de software, quais as áreas, quais são as abrangentes e os atores a qual influenciam no sistema, onde temos as entidades, o Terceiro Setor, e as secretarias contendo todos os gerenciamentos de cadastros e quem é vinculado a quem desta forma proporcionando o sistema uma hierarquia transparente e ágil.

Aqui temos a tela inicial do SISPAR, onde damos o conhecimento sobre o mesmo, podendo tanto as entidades como pessoas, como os próprios servidores conhecerem mais, saberem sobre e possibilitarem todos os arquivos que devem ser compostos para o credenciamento de uma entidade. Logo acima, nós temos as áreas da entidade do Terceiro Setor, hoje o Terceiro Setor as áreas do Terceiro Setor só podem ser feitas por servidores. Está cortando, mas aqui nós temos a primeira aba de Entidades cadastradas no Terceiro Setor e quais os seus *status* dentro do sistema em nível público, não precisa de acesso, só no menu principal e selecionar.

Essa área é a tela inicial do Terceiro Setor onde ela verifica o gerenciamento tanto das Secretarias, como das entidades como um todo, sendo como administrador do sistema.

E temos aqui selecionado uma entidade aleatória, a qual podemos perceber com ela tem os detalhes, todos os seus contatos representantes, e logo abaixo a documentação cujo Terceiro Setor irá realizar o gerenciamento de cada documento a qual a unidade cadastra o sistema.

Temos aqui um documento também aleatório da Unidade a qual foi seguida. Este documento vocês não conseguem ver porque ele está um pouco aqui. Nós temos a funcionalidade de deferir ou indeferir, isso cabe a análise do Terceiro Setor a qual o documento foi cadastrado, tanto quanto a sua validade.

As propostas são... Eu peguei uma Secretaria e apresentando as propostas a qual elas tem como vinculação para as entidades poderem realizar.

Aqui são os programa proporcionados pelas Secretarias, a qual elas vão analisar todas aquelas propostas que forem aderidas e vinculadas a elas.

E aqui a prestação de contas, que é uma das últimas etapas a qual deve ser também, a deferição e indeferição dos documentos a prestação de cada entidade a qual foi concluído a sua participação no programa.

Desafios. O Sistema ele foi concebido em 2015 e teve poucas reestruturas, porque como vocês sabem a tecnologia ela se torna obsoleta e temos que sempre estar atualizando para que possa atender o nosso público a cada dia.

Então, os desafios que estamos encontrando e vamos colocar e vamos desenvolver para frente, são: a integração

com o SEI, para que assim não seja necessário um retrabalho de fazer a veiculação com os seus documentos via SEI. A realização de todas as etapas pelo sistema de forma ágil e coesa; e a autenticação de *login* único. Hoje o SISPAR ele não está dentro do nosso sistema de autenticação único, mas a nossa previsão é que a gente consiga colocar ele assim todos os servidores vão *logar* através do sistema de autenticação único. Obrigada.

**O SR. RONI FREITAS DE LIMA (Mestre de Cerimônias)** – Nós queremos registrar a presença do senhor Justino Moreira Leite, Presidente da Central de Apoio as Entidades de Apoio do Terceiro Setor do Estado de Rondônia, CENATRON. Muito obrigado pela presença.  
Senhor Deputado.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Agradecer a Ana Luisa pela explanação a respeito do SISPAR. Eu tenho certeza aí que é de conhecimento mútuo, haja vista a necessidade de vocês terem que acessar e fazer uso desta ferramenta, parabéns Maria Luzia.

Queria Chamar agora para fazer a sua participação o meu amigo Rafael Vargas, Presidente do Instituto Norte Amazônia de Apoio ao Terceiro Setor, INAATS. Para discutir sobre a legislação do Terceiro Setor.

**O SR. RAFAEL VARGAS** – Ok, então! Vamos lá, gente. Bom dia! Bom revê-los. Sempre é bom rever a galera do Terceiro Setor. Fico muito animado com isso e espero que nós possamos evoluir mais nesta conversa e, principalmente, na organização da sociedade civil do Estado de Rondônia. Porque nós precisamos, realmente, nos organizarmos. Ainda somos restritos, ainda somos individuais, ainda temos esta problemática. Mesmo trabalhando para a mesma política, mas cada um de nós ainda acaba olhando ara o próprio umbigo. E isso, realmente, é um prejuízo para as organizações da sociedade civil. Não importa qual seja a política, se é a educação, se é a saúde, se é o nosso caso como Instituto que é a política do Terceiro Setor, mas acabamos não nos envolvendo realmente nesta verdadeira discussão.

E quero agradecer aqui, Deputado Eyder, pela proposta desta Audiência Pública porque é oportuno para nós e, principalmente, para esclarecer alguns pontos importantes do que envolve o Terceiro Setor. E, é uma oportunidade única, agradeço ao deputado por abraçar esta causa, deputado obrigado. Eu quero cumprimentar a Mesa em nome da irmã Lina, agradecer a presença de todas as Organizações. E antes de iniciar, na verdade, eu vou apresentar um cenário, o que nós estamos discutindo nacionalmente, o que nós estamos discutindo regionalmente. Talvez seja importante a gente observar, que o nosso trabalho, eu tenho algumas questões terminológicas, eu não falo luta, eu não estou aqui lutando, eu estou aqui trabalhando em prol de uma causa. Então, na verdade, estamos aí para contribuir para desenvolvimento do Terceiro Setor no Estado de Rondônia. Pode passar.

Só para apresentar quem somos nós. Somos Instituto Norte Amazônia de Apoio ao Terceiro Setor. A nossa missão é realmente dar apoio as organizações da sociedade civil. Quando nós iniciamos, na verdade, quando nós nascemos, já nascemos

com esta proposta. Em 2015 reunimos em uma sala uma galera do bem, a Irmã Lina, o Vinícius, Aroldo Vasconcelos, uma galera realmente do bem, focada, profissionais focados para o desenvolvimento do Terceiro Setor Estado de Rondônia.

Então, na verdade, nós nascemos para isso. E a nossa logomarca, na verdade, ela representa a missão, visão e valores daquilo que nós entendemos como política do Terceiro Setor e as bolas laranjas são as organizações em volta desta missão, sejam elas pequenas, médias e de grande porte, mas todo voltado para o bem comum, todo mundo discutindo realmente a importância da política, da parceria com o Governo, da parceria com a União, são importante para o desenvolvimento de qualquer sociedade, de qualquer Estado, de qualquer país. E é importante observar que, na verdade, por ter a nomenclatura de Terceiro Setor, na verdade, toda demanda surge da gente, surge de nós que estamos lá na ponta, surge lá do Centro Social Madre Mazzarello, que está lá no bairro Socialista, sabe das demandas, sabe quais são as dificuldades. E assim vai subindo com o apoio da Assembleia Legislativa e com apoio do Governo do Estado a gente precisa formatar esse elo, é trabalhar realmente esse círculo de discussão e ampliar nossas propostas. Pode passar mais um.

Antes de falar sobre o quê está acontecendo no cenário nacional, eu quero agradecer também as Organizações que fazem parte e compõem o Instituto Norte Amazônia de Apoio ao Terceiro Setor. Hoje nós estamos em 11 organizações, ainda somos pequenos. Essas organizações, entraram na organização realmente apoiando a nossa proposta, a Associação Recreativa Imigrantes da ARCIR, em Triunfo, produtores rurais chacareiro nos ramal Bom Jesus, o Lar São Francisco, a AMA, a FALMI, Olha que legal, a FALMI do Mato Grosso, ela vai estar aqui com a gente na quinta-feira, para discutir sobre os investimentos em Rondônia, a sua nova missão, vai ter uma reunião também na Casa Família Rosetta, a FALMI que e a fundação André e Lúcia Maggi, fica em Cuiabá, no Mato Grosso, e a gente bastante relacionamento com essa galera também. A Associação dos Pioneiros e Moradores e Produtores de hortifrutigranjeiros, a Casa Família Rosetta, a APAE de Porto Velho, a APASCENE, a APAE de São Miguel do Guaporé e ao Centro Social Madre Mazzarello, essa uma galera que compõem aí o nosso quadro como Organização. E por falar no cenário nacional, o que nós estamos desenvolvendo no cenário nacional? Existe uma situação, eu sou Conselheiro da ABCR, não se vocês já ouviram falar, mas é Associação Brasileira de Captadores de Recurso. E há duas semanas tivemos o nosso maior festival de Captação de Recurso da América Latina, e lá a gente se relaciona com vários agentes, várias pessoas e organizações que atuam na captação de recurso mundial. Lá você troca experiência, conhece quem está captando na Suíça, nos Estados Unidos e vai trocando as experiências para melhorar sua capacidade de trazer recurso para as organizações. É um evento fantástico. E o que nós estamos discutindo neste momento? o próprio Festival nós tivemos a participação da Senadora Mara Gabrilli, que é de São Paulo, e lá foi protocolado um projeto de lei para trabalhar os boletos de doações, é uma discussão que nós já estamos trabalhando a uns 04 anos, junto com a FEBRÁS, junto com os banqueiros, para observar que as organizações, o processo de doação é diferente de pagamento. Então é um trabalho

que nós estamos discutindo nacionalmente, a gente discute lá em São Paulo e Brasília e por consequência nós seremos beneficiados. Então é importante que nós possamos abraçar essas causas, porque a gestão das organizações é que está em cheque. Se a gente não observar a nossa gestão e não acompanhar essas discussões, vamos realmente, Rondônia continuará caminhando para trás. É o que está acontecendo. A gente, às vezes, dá um passo para trás, mas para dar três passos, um passo à frente e três passos atrás as organizações Estado de Rondônia. Então temos que observar esse cenário para nós possamos nos comportar. Outro ponto que eu quero colocar aqui, o quê nós estamos discutindo nacionalmente. Nós como Instituto fazemos parte da coalizão do IDIS, que é uma coalizão que trabalha os fundos patrimoniais. Em janeiro foi aprovada uma Lei Nacional sobre os Fundos Patrimoniais, é algo que está se discutindo, a Endowment, para quem conhece esta tecnologia de Desenvolvimento de Fundos Patrimoniais, é algo que precisa ser discutido e é viável a gente trabalhar fundos patrimoniais, a pesar de ter tido alguns vetos pelo Paulo Guedes, orientado pelo Paulo Guedes. O nosso Presidente vetou principalmente a parte que nós esperávamos mais, que era, talvez, onde os coordenadores para doar para esses fundos, que era próprios incentivos fiscais. Então o Presidente Jair Bolsonaro acabou vetando, mas manteve a legislação, o teor dela, onde que possamos desenvolver os nossos fundos patrimoniais. É um investimento em longo prazo, quem já ouviu falar sabe muito bem como é que funciona, investimento em longo prazo e você vai trabalhando com rendimentos.

Organizações que trabalham com fundos patrimoniais e tem em longo prazo, ela vai ter recurso sempre, porque vai estar trabalhando com os rendimentos e o GIFE, o GIFE, nós estamos o ITCMD, que é o Imposto referente as doações.

Então, são cenários que nós estamos discutindo nacionalmente e é importante que nós possamos iniciar essa discussão com os nossos parlamentares federais e também com os nossos Senadores, por que a partir desse momento que a gente consegue melhorar a política do Terceiro Setor e mostrar e demonstrar e validar também que as organizações fazem parte de um desenvolvimento da nossa sociedade.

Aqui eu quero apresentar para vocês um breve histórico do que está ocorrendo e o que é esse momento para o Terceiro Setor no Estado de Rondônia, como vocês podem observar ali na nossa Litorina, tem ali alguns anos que nós estamos discutindo, de 2012 a 2019 e esse é um período que realmente a galera começou a se movimentar no Estado de Rondônia, as Organizações. Eu trabalho com o Terceiro Setor desde 2006, quando eu tive a oportunidade de ir a Manaus, trabalhar em uma organização, Sociedade Brasileira de Educadores Pela Paz e depois tive outras oportunidades tanto em São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro; trabalhando com outras organizações e outros projetos, nunca deixei Porto Velho, na verdade, minha residência sempre foi aqui, porque meu interesse maior é desenvolver Porto Velho, é mostrar para as organizações que nós temos capacidade de ser referência, capacidade de demonstrar realmente que as nossas organizações têm a sua gestão e podem realmente serem compartilhadas e serem referências para todo e quem quiser saber, para o mundo inteiro.

Então, vamos lá, o cenário de 2012. O que nós tínhamos em 2012 em Rondônia? Estava em discussão junto com o Governo do Estado e um grupo que veio de fora, de Pernambuco

e Rio Branco, Acre, nosso vizinho, para discutir uma implementação de uma legislação que é algo que é uma das nossas matérias hoje, que é a Lei 3.122 e quem conhece, sabe muito bem que essa legislação acaba travando os nossos procedimentos de parceria e talvez, que o nosso pedido é de revogação da Lei 3.122 por várias situações, por estar defasada, por já ter uma legislação federal e por exigir documentos que não devem ser exigidos nos procedimentos de parcerias. Em 2012 surgiu esse encontro, essa reunião só que acompanhando desde 2006 a primeira CPI das ONGS como teve o procedimento de corrupção, aqui do outro lado da região norte, algumas outras organizações do nordeste, principalmente para as Secretarias mais frágeis, desculpa, os Ministérios dos Esportes e o Ministério da Cultura, onde foram identificados os maiores vários rombos e desvios de verbas nesse período e surgiu a CPI das ONGS. Nesse período eu resolvi levantar um estudo, como eu estava começando a trabalhar em uma organização: quer saber, eu vou saber o que está ocorrendo. Por que quê toda vez que eu falo que eu trabalho em uma ONG, as pessoas vêm e falam que eu estou rico e falam que eu vivo na teta dos governos, jogam pau, jogam pedra, tudo isso no ano de 2006.

E percebi nessa minha pesquisa aqui, naquele período eram 250 Organizações, 250 mil Organizações no Brasil, inicialmente 10% havia algum tipo de procedimento de parceria. Cara, é muito organização que vive com recurso próprio e poucas organizações que têm algum tipo de parceria com o Estado, e quando eu fui analisar junto com o Tribunal de Contas do Estado, analisar que organizações caíram no procedimento de corrupção, boa parte, menos de 1% eram tomadas de contas, por atualizações documentais, falta um documento aqui, uma prestação de conta ali, uma nota fiscal ali, um relatório e menos de 0,2% dessas organizações eram comprometidas realmente, organizada para desvio de verba.

Observem: o número tão pequeno que acaba manchando as organizações, acaba manchando, a gente acompanhou também o período, o corte de verba de 2006 prejudicou muito as organizações aqui no Estado que tinham algum tipo de parceria com o Governo Federal. Então, esse cenário acabou me chamando a atenção, ora, se eu trabalho em uma organização, estão me chamando de corrupto, eu quero entender esse motivo. A partir daí a gente começou a desenvolver esse novo cenário. Em 2012 veio essa discussão, em 2013 veio a Lei 3.122. Quem estava presente nessa audiência sabe que realmente, novamente lá vai o Rafael levar pau e pedra. Eu tive que sair correndo da Assembleia Legislativa, porque eu fui contra a Lei 3.122 nesse período e quem sabe eu tive que sair correndo e fiquei alguns dias meio que escondido por aí. Quem do Terceiro Setor acompanhou, sabe muito bem o que ocorreu nesse cenário, porque havia uma promessa de 9 bilhões do BNDES, que é maior que o orçamento do Estado, 9 bilhões do BNDES, aprovação de uma lei, certificação, mas, tudo bem.

Então, no fim, entenderam e compreenderam que realmente a legislação já nascia defasada, primeiro já estavam discutindo a revogação da utilidade pública, porque era considerada como instrumento de barganha, não era um documento sério que demonstrasse que a organização tinha um trabalho sério.

Qualquer Deputado ou qualquer parlamento lá atribuiria o seu documento a essa organização por interesse e não por demonstrar que aquela organização era séria. Quando a gente

levantou números de organizações que tinham utilidade pública na Assembleia, tínhamos empresas, cooperativas, organizações que realmente não tinham essa prática do público, não tinham essa missão. Então, isso não só o cenário de Rondônia, todo cenário nacional demonstraram essa situação. Então, a partir daí em 2013 também a legislação, ela veio trabalhar o quê? A OS, título de OS, título de OSCIP, título de Utilidade Pública dentro de um caldeirão, imagine só, você pegar tudo aquilo que já está definido pela União e depois você vem para Rondônia coloca em um caldeirão, faz aquela bruxaria e solta realmente a Lei nº 13.122. Foi mais ou menos esse cenário que eu achei super interessante.

Bem, aprovada a lei, todo mundo aceitou e surgem as novas discussões. Em 2014, vêm realmente as novas exigências.

Aí é onde que o parlamentar começou a entender que a lei não era interessante. É aí quando que as organizações, que acabaram defendendo as legislações, entenderam que não era interessante, porque em boa parte delas e em alguns relatórios que eu produzi já estavam identificadas algumas situações de interesse próprio das organizações. É importante a gente estar de olho, é importante a gente observar as organizações que estão ao nosso redor, porque a gente ainda consegue identificar algumas que são oportunistas. Onde há recursos, eu estou.

Onde há recursos, eu estou lá. Não importa se eu sou da saúde, educação, assistência ou esporte, não importa. Eu só quero saber do dinheiro, e muitas vezes esse dinheiro não vai para a causa. A gente observa alguns cenários no Cone Sul que todas que eu abordo para vocês já estão nos autos do Tribunal de Contas; alguns cenários que acontecem no Vale do Jamari, algumas organizações e boa parte delas focadas e ligadas a alguns parlamentares. E não só no Estado de Rondônia, tem outros documentos que o próprio Tribunal de Contas lança e são públicos. Só basta a gente ter conhecimento para a gente observar. Nós, organizações, temos que ter cuidado. Nós realmente temos que focar na nossa causa e trabalhar nossa gestão para que a gente não possa cair nesse cenário, que é bem turbulento.

Em 2015, 2014, 2015, 2013 surgiu uma equipe no governo: a Gerência de Fomento ao Terceiro Setor. Em 2015, eu retornei ao governo para compor essa equipe já no quase segundo semestre para desenvolver algumas atualizações, principalmente já estávamos discutindo marco regulatório. Já havíamos informado em 2003 que já surgiria o marco regulatório em 2014, já estava próxima a discussão, já estava quase finalizando a discussão. Surge uma lei. Na sequência, já surge a Lei federal, a 3.019, que regulamenta e realmente universaliza todos os benefícios. É importante alertar que, nesses benefícios, já estamos discutindo a revogação da Lei 9.790, que é a Lei das OSCIPs, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. E ainda existem pessoas querendo OSCIP: eu quero OSCIP, eu quero OSCIP! Cara, pega esse título e realmente descarta. Esquece OSCIP. Já temos uma lei que universaliza tudo. Nem o Ministério da Justiça está querendo mais proceder os procedimentos de OSCIP. Então, é importante ficar claro o que está acontecendo. Se querem realmente acompanhar os procedimentos, trabalhar parcerias com o governo, fiquem atentos à legislação. Ela muda todo dia, realmente. Isso é fato.

Então, em 2015, entramos para discutir sobre marco regulatório. 2015, 2016 e 2017 só discutindo marco regulatório.

A partir desse momento, o gerente da época acabou realmente comprando a nossa ideia. Ele falou: não, vamos só trabalhar marco regulatório. Surgiu, em 2016, o Decreto Estadual 21.431, que é o decreto estadual que regulamenta o marco regulatório. Então, não há nenhum impedimento, não há nada que possa travar, mas aí a Procuradoria fala, tem até um parecer em um de seus despachos que fala assim: enquanto não revogar a 13.122, a gente vai exigir os documentos, porque a lei está em vigor. Então, talvez para nós, tendo esse encaminhamento da legislação na revogação dela, possa já ser o início de a gente trabalhar somente com aquilo que é previsto nos procedimentos de parceria.

Em 2017, surge aí realmente com mais força. Em 2016, a obrigatoriedade de os Estados trabalharem com o marco regulatório. Em 2017, a obrigatoriedade dos municípios surgiu com mais força. Em 2018, a obrigatoriedade do chamamento público, sistematização, e estamos aí discutindo ainda com as prefeituras e algumas organizações, e principalmente com o Governo do Estado - e muitos ainda não compreendem, não entendem o que deve ser feito o proceder da chamada pública.

Muitos ainda têm essa confusão, que não era prática do Estado. Isso já vem desde a década de 90, uma pretensão, na verdade, uma tendência de realizar toda a descentralização ou parceria com as organizações em formato de chamada pública. Mas como todo e qualquer servidor público - eu também sou servidor público -, acaba realmente protelando, deixando sempre para a última hora. Só na hora que o parlamento aperta, só na hora que alguém aperta, a justiça aperta, aí que vai realmente sacudir todo o interesse para que seja atualizado. Então, estamos agora em 2019 discutindo novamente essa perspectiva de atualizar os procedimentos de parcerias com o Estado. Pode passar, amigo.

Então, como falei para vocês, surgiu a Lei 13.019, de 2014, o Decreto Estadual 21.431 e o Decreto Estadual 22.650.

Este decreto é fresquinho, ele surgiu agora em 2018. Ele regulamenta, olha que legal, as organizações que querem trabalhar, têm atividades contínuas e são da área da saúde.

Então, organizações que são credenciadas nesse decreto não precisam passar por chamada pública. Elas podem realmente ter uma parceria direta da SESA, da Secretaria de Saúde. E isso a gente não acompanhou ainda se está sendo utilizado por esse formato, mas ainda faltam duas políticas se organizarem, que é a política da assistência social, que já tem aí uns dois anos que estamos conversando, mas até agora não regulamentaram, não se regularizaram, nenhum decreto de formato de trabalhar o credenciamento das organizações.

Como fazendo parte da equipe da Gerência de Fomento ao Terceiro Setor, acabamos de despachar recentemente um novo, na verdade, fazendo um copia e cola daquele que a gente já discutiu anteriormente, para que a assistência possa ter essas atribuições de saber como que trabalha o credenciamento, como trabalha o chamamento e como vai gerenciar essas ações, e outra, a outra política é a Educação, Saúde e Assistência, são as três políticas que tem essa prerrogativa de poder firmar parceria direto para organização sem precisar da chamada pública, mas a organização é avaliada para saber se ela tem uma atividade contínua, se é aliada com a política, se ela está de acordo com aquilo que

preconiza nos seus Conselhos de Direitos, então tem toda essa prática aí.

O que é que nós estamos discutindo hoje? A Lei 8.666 de 1993, porque as organizações que firmam parceria com o Estado ficam tão empolgadas com o recurso que não lê os contratos, que não lê o termo, isso me deixa muitas vezes, me deixa irritado, porque vai me procurar depois que já assinou o termo: "ah! Rafael, já assinamos o termo e agora como é que procede"? Agora, você vai ter que fazer a licitação para fazer as compras, somente isso. Vai ter que contratar uma equipe especializada, uma empresa especializada para isso. É importante lembrar que a 3.019 ela coloca nos seus artigos lá que não é aplicável a 8.666 nos procedimentos de parceria com as organizações, e nem a organização precisa aplicar 8.666 como é exigido nos contratos. É o que aconteceu, a gente teve que salvar vidas de algumas organizações, porque já iam devolver o recurso e a gente como Instituto, como a Contabilidade Especializada acabamos sanando essas problemáticas, em vez de devolver conseguimos trabalhar em cima do prazo, conseguimos fazer as compras e entregar aquilo que já havia previsto. Então, é importante ficar atento, leiam tá gente. Quem for firmar o termo de parceria, leiam. Obrigado.

Leiam os seus termos, seja de colaboração, seja de fomento ou acordo de cooperação, mas nunca deixam porque na parceria são os três instrumentos importantes: Plano de Trabalho, o Contrato e o Projeto. O Governo ele nunca quer saber do Plano de Trabalho ou a entrega do Plano de Trabalho, ele quer saber do geral. Se você firmou uma parceria R\$ 100 mil, mas o teu Projeto é R\$ 200, nós queremos saber o resultado dos R\$ 200 mil reais, são resultados daquela proposta.

A Lei 3.122, como já foi esclarecido para vocês, a Lei Estadual 3.307, existe algum dispositivo com a revoga a 3.122, automaticamente, vai ter que alterar o dispositivo da 3.307. O comportamento da União, ele conseguiu entender que precisa separar as situações. Organizações tem um formato diferente de uma Prefeitura, quando eu, prefeitura, firmo uma parceria com a União, a União já me enxerga: lá tem prédio, lá tem servidor público, lá já tem luz, tem água, tem tudo. O dinheiro que vai para essa prefeitura é só para desenvolver um objeto específico, eu não vou contratar pessoal, eu não vou pagar a luz, eu não vou pagar contador. Diferente da Organização, que muitas vezes ela precisa, realmente, desse custeio. Então, a União fez o quê? Separou a 13.019 é somente para procedimento de parceria com Organizações. O novo Decreto Interministerial é somente para o desenvolvimento de repasse entre os entes. Então não há mistura e nós ainda estamos ainda nessa mistura, a 3.307 acaba misturando convênios entre os entes; parceria, entre a Organização e o Estado; e a 3.307 trabalha convênios e lá está previsto os procedimentos de repasse, nosso, como Organizações.

E o Decreto Estadual 23.408 que é um Decreto que trabalha aí com as Organizações, um desenvolvimento tanto na questão das doações, na questão da Nota Legal, então são outro dispositivo que a gente vai vê mais à frente. Vamos lá, passa aí para a gente, só para a gente observar.

Como eu já explanei para vocês a 3.122 ela tem todo esse arcabouço aí, tem todo esse escopo, ela trabalha Utilidade Pública, a OSCIP, a Organização Social, as Leis Estaduais que já está previsto. Olha só que interessante, você tem uma Lei

que trabalha a titularidade, mas também já tem uma Lei Estadual que trabalha a OS. Nossa, então ninguém teve uma preocupação realmente de conversar ou fazer as legislações conversarem porque aí você acaba trazendo mais insegurança jurídica para os procedimentos. Se eu já tenho uma Lei de Saúde, uma Lei de OS na Área da Saúde porque que eu vou criar outro instrumento para que possa prejudicar. O motivo de alguns projetos do Governo não terem dado encaminhamento, digamos, vinha realmente o contrato de gestão como as Organizações – OS, mas devido a essa insegurança jurídica o Tribunal de Contas sempre bateu contra, porque você tem uma Lei travando a outra e uma Lei vai travando a outra e realmente você não chega a um consenso.

Então nós temos a Lei Estadual de OS que não foram revogadas porque já é de 2011/2012 que vem antes da 3.122, caso realmente, fosse vigorar somente a 3.122 já devia ter trabalhado a revoga dessas Leis, mas como agora vai ser o inverso é só melhorar a Legislação do OS que a nossa proposta que possa trabalhar as outras políticas como OS, que é no caso da Assistência, que é no caso da Educação. Aí nós temos o Decreto Estadual que regulamenta as OS e nós temos aí o Decreto Estadual 18.457 que regulamenta a 3.122. Então, esse é o arcabouço da 3.122 que acaba atrapalhando os procedimentos de parceria. Pode passar amigo.

Para vocês observarem, separei aqui o número de um processo, que na verdade já é uma discussão iniciada, tanto pela equipe de Governo quanto algumas Organizações participaram dessa conversa, qual é a ideia? Dentro do processo já estava discutindo esses pontos: padronização dos processos, de acordo com a Lei Federal; revogação da 3.122; implantação dos Procedimentos em termo de parceria; a Modificação da Lei de Titularidade de OS; o Decreto do SISPAR ou Instrumento que trabalha o Sistema; orientação de inclusão de parcerias dentro da LOA, dentro do PPA, e é importante nós estarmos atento que o momento é agora para discutir o PPA e a Nota Legal que já está na Casa, já existe, já está tramitando na Casa uma alteração, uma proposta da nossa uma proposta da Nota Legal, espero que possa rodar da melhor forma possível.

Esse processo está no governo, esse processo é público, qualquer um de vocês podem ter acesso, se não tem é só dar um oi que eu já mando para vocês para vocês darem uma lida.

Têm as atas, têm as orientações, têm todos os instrumentos que precisam ser trabalhados dentro do possível.

Talvez eu jogue também isso para o próprio Parlamento, o Deputado já ficar atento a esse processo e quem sabe pedir agilidade nesses procedimentos.

E aqui é o arcabouço da 3.307. Eu separei só alguns pontos da legislação de convênio do Governo do Estado.

Observem que ela regulamenta a transferência de recurso entre a Administração Direta e ali envolve as organizações, como é o caso como coloca, entidades sem fins lucrativos. E, aqui o artigo 6º fala assim: "Para celebração de convênios ou contratos de repasse com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, as entidades privadas devem estar cadastradas no SISPAR, em conformidade prevista na Lei 3.122."

No artigo 7º ele fala assim: Com fulcro nos princípios da Igualdade e Moralidade, a celebração de convênios e tal, aí ele fala que precisa ter chamada pública. Eu não sei se vocês estão

conseguindo enxergar. Então, a Lei 3.307 já fere o que está previsto na Lei Federal. E, no § 2º, inciso I - quando se fundamentar em situações que se enquadre em pelo menos um dos dispositivos, o acordo ali, 24 e 25 da Lei Federal 8.666, tem que se benzer quando você vê esses números. Então, aí eu peguei aqui só o artigo 84 da Lei Federal: "não se aplica as parcerias regidas a esta lei o dispositivo da 8.666". Então, está bem claro, realmente, os pontos que devemos trabalhar nas legislações. E acaba o quê? As organizações acabam se sentindo, realmente, prejudicadas. O Parlamento acaba também se sentindo prejudicado, por quê? Boa parte das organizações vem buscar apoio do Parlamento. Então, se a gente não conseguir alinhar essas ações acaba, realmente, prejudicando.

Também, observem aí, tem já um processo norteador que foi aberto e eu também já jogo para o Deputado, para que possa, realmente, dar uma celeridade, porque eu já coloquei até as datas, olha que maldade, onde que iniciou e onde que parou. Esse processo aqui, eu que criei o processo para instruir o Estado de como deve ser trabalhado os procedimentos de parcerias. Estado, na verdade nós temos essas legislações.

Boa parte das secretarias que estão fazendo parcerias não tem nenhum instrumento ou manual de prestação de conta.

Você recebe o contrato, mas não tem: como eu vou prestar contas, Estado? Então, não, leia a lei. Se vira aí, está no contrato. Você vai ter que prestar contas. Esse processo que deu início em 21 de agosto de 2018, observe, 21 de agosto de 2018, realmente, eu tive que montar e, assim, já era o interesse. Então, já estava tudo alinhado. Como nós estávamos tendo uma parceria aí no valor de uns tantos milhões e eu era o gestor, então, para eu não ter problema: - não, eu vou logo criar isso da noite para o dia, desenvolver as ações e acabou parando. Acabou parado e esse processo está ali. Dia 28 agora, desde desse período aqui, setembro de 2018 está parado na Procuradoria. A Procuradoria, na verdade, parou, ia emitir um ofício. A CGE gente, a nossa CGE é show de bola. Você está lá, consulta e ela já te responde. Às vezes, nós temos esse entrave em nossa Procuradoria, mas aí só basta ele emitir, se está ok, se está correto, se está de acordo com a legislação para a gente dar encaminhamento e produzir esse manual e entregar para todas as Secretarias. Porque, a partir daí, todas as secretarias terão uma padronização da prestação de contas.

Não precisa desenvolver ações diferenciadas. E, é um erro. Se, realmente, o Tribunal ou os órgãos de controle quisessem gerar algum transtorno para o Estado é só observar todas secretarias não estão fazendo o que está previsto na Legislação. Você pega SEAS, você pega SEDUC, você pega todas elas. Elas não estão, realmente, de acordo com o procedimento.

Mas aí, cabe a nós também desenvolver as capacitações, as orientações e o servidor público assumir a responsabilidade de ser servidor público. E os seus gestores também assumir a responsabilidade de como se deve proceder.

Então, na verdade, o que nós estamos discutindo hoje aqui? É colocando, expondo alguns pontos, algumas situações para como nós podemos contribuir para que o Estado possa melhorar, realmente, essas parcerias. Então, está aí o manual de prestação de contas. Pode passar meu amigo, mais uma.

Aí vem também o processo... Esse processo aqui eu separei que é um processo... Eu acho esse processo especial, não dá para vocês observarem ali que está cortando, mas é

um processo especial. É um processo que nós iniciamos também, que é uma discussão que já vem de longa data, que é referente ao cadastro das organizações na SEFIN. Nós estamos impedidos de sermos cadastrados na SEFIN, ou tramitar. Eu vou, digamos, eu acho que todo mundo aqui conhece o Projeto Tamar. Eu gosto de falar do Projeto Tamar, que é conhecido por todos, cuida das tartarugas no beira mar.

Você vai no Projeto Tamar, compra uma camisa, automaticamente ele emite um cupom fiscal, uma nota fiscal.

Você compra uma caneca, ele emite uma nota fiscal. O Governo da Bahia, realmente, atualizou as informações e deu a oportunidade para que ele possa captar e desenvolver e gerar emprego. É pensar empreendimento. Aqui não, nós estamos desde a década de 90 impedidos de sermos cadastrados, porque houve um corte, um desinteresse através desses procedimentos e, a partir a gente não pode nem comercializar. Organizações que fazem seus bazares ou comercializam algum tipo de produto industrializado pela própria organização, estão irregulares e boa parte delas são sonegadas de impostos; olha que legal, que ver? Dá um clique aí; quem perde nesse "gerente", só um clique, aí.

Primeiro agente que perde ao Governo, por quê? Algumas Organizações podem está isenta nesses procedimentos, porque atende uma política específica e está lá trazendo benefícios para sociedade. Outras não, outras realmente têm que fazer o recolhimento do INSS. Então, quem perde nesse procedimento é o Estado, porque não está recolhendo os impostos devidos que deve ser recolhido para essas organizações. O outro agente que perde, são as organizações; por não estar regular regulamentado esse procedimento, ela só fica só bazar, seu barzazinho, seu barzazinho, sabe só seu artesanatozinho, só naquela região, naquela comunidade, ele não consegue expandir: - ah, eu sou de Porto Velho, a galera lá de Ji-Paraná se interessou pelo produto e quer comprar em grande escala. Mas, como você vai fazer isso? Se você não pode se cadastrar e não pode transitar esse produto. Então, a organização perde, ela se limita. Por isso que a gente fica limitada. Existe uma organização em Minas Gerais que em 2015, essa história é bacana, que é uma história que a gente levantou 2015, 2016, 2016 foi um pico, que ela captou vinte e sete milhões, vinte e sete milhões de recurso privado, recurso dela, é dela, não veio do público não, é da organização, vinte e sete milhões e teve cinco milhões de superávit e ela trabalha com educação e cultura. Agora, pergunto: como? Empreendimento, porque ela vende tela de arame para construção civil em Minas Gerais e ela comercializa normal, contrata pessoa, paga, assina carteira de trabalho e vai comercializando e ela teve cinco milhões de superávit. E nós aqui que ainda ficamos muitas vezes tentando empreender, mas existe esse impedimento e outro impedimento é da gestão da organização. Eu quero empreender mais não sei como e a gente fica presa realmente só na nossa política, a gente não discute a gestão da organização, realmente foca no fim da organização. Isso estou falando só para uma reflexão, para vocês compreenderem, enxergarem que nós podemos empreender e desenvolver novas capilaridades de capitação de recurso. Em outro a gente que perde, quem são: os usuários ou beneficiários. Eles que perdem, porque a organização não consegue crescer, ela não consegue melhorar a sua qualidade,



não consegue melhorar o seu atendimento e quem vai perder realmente são os beneficiários e os usuários, aquelas pessoas que precisam dos nossos projetos, da nossa, que a nossa causa se fortaleça. Ok. Manda mais um aí amigo, que o bagulho está ficando feio.

Aqui na verdade, já para o meu encerramento dessa explanação, essa reflexão eu gosto porque talvez é algo que a gente está construindo, nós estamos construindo em conjunto, não é Rafael, não é Instituto Norte Amazônia, não é nada disso.

Mas, eu quero entender para vocês, não sei se vai ser possível ver, como não vai ser possível ver. Eu quero fazer o seguinte, eu vou fazer uma dinâmica aqui. Pode deputado? Rapidinho. Vamos fazer uma dinâmica, rapidinho. Vem aqui, o seu nome é? Já vou pegar a galera da Mesa já. Roger fica aqui na frente rapidinho, Roger. O Roger, nesse momento ele representa a sociedade, ia aparecer aqui, mas vamos fazer com as pessoas. O Roger, ele representa a sociedade, pode ficar aqui no centro Roger. O Roger nesse momento, ele representa a sociedade. Quando a gente enxerga a sociedade, às vezes está frágil, enfraquecida, violenta, cheia de situações críticas e a gente começa a tentar sanar alguns problemas dessa sociedade. Pontos específicos. Vem aqui Berssane, vou chamar o Berssane que está ali quietinho, só chupando o dedo, eu quero participar também, me chamou assim. Não, foi sem graça essa. Berssane, Roger fica só um pouquinho na frente aqui. Berssane, a sua missão é ficar atrás dele, mas cuidado, fica aí, isso. O Berssane, como ele representa a APAE, vamos pegar APAE, é como exemplificar. APAE trabalha com educação especial, uma política específica. Vocês já pararam para observar quem realmente cuida e desenvolve educação especial, como é o caso da APAE, consegue ter uma proximidade com a sociedade que está precisando daquela causa. Então, não, põe o seu braço, coloca aqui no nosso amigo Roger, colocar outro.

A maior proximidade que a organização tem é com a sociedade, porque a partir daqui, ele tenta sanar as dificuldades que tem, têm pais que não consegue pagar uma educação melhor, que o seu filho tem algum problema, tem autismo, ou tem algum outro, um síndrome de down ou algum tipo de deficiência. Então, a APAE vem para acolher e tentar desenvolver o que o Estado muitas vezes não consegue, não tem perna para desenvolver isso. E num outro cenário, observem; vou chamar o deputado que já representa o Parlamento. Deputado deixa só eu passar aqui. Deputado, você vai ficar aqui, nessa direção, de costas para o Roger, para sociedade. Muitas vezes o que nós temos dentro do Parlamento, ele, às vezes aponta para o lado assim, ao contrário realmente daquilo que a sociedade está pensando; a organização está sofrendo, tentando sanar o problema da sociedade, mas o Parlamento às vezes não consegue enxergar. Vou chamar aqui Sabrina, vem aqui Sabrina, você vai ficar deste outro lado aqui.

Você fica aqui, a Sabrina neste momento representa a Prefeitura ou o Governo, a União. E observem, às vezes, também, o Plano Plurianual que está sendo discutido, quando você vai analisar e verificar não está de acordo com os interesses da sociedade e nós também não participamos dessa construção.

Então, às vezes acontece e aconteceu e sempre vai acontecer; às vezes o Parlamento está apontando para um lado, não está interessando realmente, às vezes está brigado com o Governo ou com o Estado, com a União e a sociedade

fica sofrendo e a organização fica aqui ó, que são todos vocês, fica aqui realmente trabalhando todo dia, tentando sanar esse problema, essa dificuldade. E talvez essa seja a maior das problemáticas e talvez a partir de hoje seja algo que nós possamos construir em conjunto. Como eu falei para vocês, não sou eu, não é o instituto, isso aqui na verdade estamos jogando para que cada um de vocês tenha responsabilidade.

Porque a partir deste momento, o parlamento, ele começa a olhar e dar a mão... Tá bom aqui para organização, e trabalhar em conjunto, da mesma forma como o Executivo, começa a desenvolver os interesses em parceria, e quem sabe, a partir deste momento aqui Deputado, a gente possa realmente trabalhar um elo entre os interessados para a sociedade, e a partir daí pegar os projetos, pegar as demandas, pegar a necessidade e trabalhar em conjunto. Governo, nós identificamos um problema lá, porque não trabalhar isso em conjunto? Talvez esse é o momento. O que nós estamos fazendo aqui? Nós estamos construindo, verificando as legislações o que nós podemos construir a melhor forma de parceria entre as organizações e o Governo do Estado de Rondônia, e talvez isso seja mais interessante para nós, ok, Obrigado gente era somente.

Só posso encerrar com um recado? Olha lá, apareceu aí sociedade, só um recado aqui. Dia 09 de julho, nós teremos uma oficina de capacitação de recursos, 09 de julho, da teoria prática. E eu gostaria quem poder participar, depois a gente vai está lá no nosso site, vai ter um encontro agora com a Fundação André e Lucia Maggi, vai ser na Casa dos Conselhos, na verdade estamos só aguardando, protocolamos hoje, mas, já começamos com agenda tal, já estamos prospectando aqui, que a SEAS, já vai firmar parcerias com a gente. Na Casa do Conselho, está previsto, qualquer mudança, a gente informar a quem se inscreveu, é ali na Duque de Caxias, entre a Presidente Dutra e José de Alencar. A Fundação André Lucia e Maggi, ela mudou a sua estratégia, antes ela focava nas organizações. Nós temos aqui a Casa Família Rosetta, ganhou um prêmio, hospital Santa Marcelina, também ganhou um prêmio da Fundação Andre e Lucia Maggi, e eu tive a oportunidade de ir lá desenvolver o planejamento estratégico em conjunto com eles, ir lá dá treinamentos também em projetos para as organizações lá da região onde a Maggi, atende. Então, quem poder participar, vai ser a partir das 14 horas, e eles querem apresentar, se apresentar para os portovelhenses, para as organizações que aqui se encontram, e falar em que áreas que eles querem trabalhar, e principalmente, eles estão focados agora, hoje no protagonismo, no jovem, na criança, eles estão focado neste protagonismo. Obrigado gente.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Quero aqui agradecer e parabenizar meu amigo Rafael Vargas, pelo brilhantíssimo da sua explanação e por todo o trabalho que ele vem desenvolvendo há anos nesta ceara do Terceiro Setor, contribuindo sobre maneira com as organizações em especial na arrecadação, na captação de recursos. Esse conhecimento que o Rafael, traz consigo, é muito importante tenho certeza que o Terceiro Setor cresceu bastante com as atividades, com o trabalho do Rafael, parabéns.

Quero aqui agradecer e registrar a presença do Geovani Berno, representando a Associação Cultural Raízes do Porto, agradecer e registrar a presença do Pancho Richard, o

Presidente do Instituto do Meio Ambiente Sustentável da Amazônia, o senhor Lucas Pinheiro, Presidente do Instituto Rondoniense de Futebol; agradecer e registrar a presença do senhor Edson Lustosa, Presidente do Centro de Estudos e Pesquisa de Direito e Justiça; agradecer também a presença do senhor Antônio dos Santos, representando a Cooperativa de Reciclagem Cata Norte, o senhor Cláudio Almeida, Vice-Presidente do Instituto de Desenvolvimento da Amazônia IDAM, muito obrigado pela presença de todos.

Neste momento, eu gostaria de abrir a fala para as autoridades presentes aqui na Mesa, e começando pela Diretora Geral da Associação Casa Família Rosetta, a senhora Giuseppina Maria Fulco.

**A SRA. GIUSEPPINA MARIA FULCO** – Bom dia ao Deputado! Obrigada pela ousadia, Deputado, de está convocando uma Audiência Pública sobre o Terceiro Setor. Realmente, a gente precisa desse olhar para podermos debater e construir junto, como o Rafael frisou muito, políticas públicas em benefício da sociedade, mas, de uma forma estratégica, unido todos os setores. Quero também cumprimentar a Irmã Lina, que representa aqui as outras Organizações, tranquila Irmã Lina.

Também cumprimentar ali a Ana, que está representando a Secretaria Estadual de Assistência Social. O Rafael explanou um pouquinho sobre toda parte histórica da realidade que a gente vivendo hoje, do ponto de vista também do poder público, que afeta diretamente as Organizações. Mas, a gente precisa também Deputado, ter um olhar, ouvir o Terceiro Setor, tentando dimensionar esse Terceiro Setor no Estado. Porque, de acordo com a informação que o Rafael, me passou, no SISPAR tem registrado mais de quinhentas Organizações no Estado de Rondônia, desses, mais setecentos e cinquenta, Rafael, mais ou menos, não é? São credenciadas. Mas, pelas diversas pesquisas sobre o Terceiro Setor, essas instituições são mais do que estas, que temos. Porém, assim, o que acontece? Hoje ainda não temos uma dimensão exata de quem são essas instituições dentro do Estado, sabemos que elas atuam em diversas áreas, a pessoa com deficiência, dependência química, criança, adolescente, o idoso, assistência social, saúde, educação, a gente sabe que elas abrangem um pouquinho todas as políticas públicas. E como a gente percebeu e se percebe ainda hoje, cada uma de forma isolada, de forma fragmentada.

Ainda nós estamos construindo ao longo destes anos. O Rafael fez uma apresentação histórica, e dentro deste projeto histórico que ele apresentou, também tem uma caminhada do Terceiro Setor. Porque as organizações no decorrer destes últimos anos tende, realmente, muitas organizações caminhando juntas para construirmos um entendimento sobre a política do Terceiro Setor. E não apenas trabalhar de forma isolada. O fato, a prova disso são as parcerias que hoje se consegue realizar, por exemplo, entre as organizações que trabalham com pessoas com deficiências. Vou citar o caso do Bazar Solidário que a Pestalozzi está lançando, está fazendo neste momento, que é uma iniciativa de rearticular todas as organizações do Terceiro Setor em prol de uma causa, em prol de um mesmo objetivo. Isso é apenas um exemplo. Uma demanda que nós temos hoje, uma das demandas. Primeiro essa questão da legislação. Realmente unificar a legislação é a nossa maior necessidade, porque muitas instituições não atuam

apenas em uma política pública. Eu vou citar o caso da nossa, mas eu acredito da grande maioria aqui. Nós abraçamos e somos instituições que temos um trabalho intersectorial e que abrange diversas políticas públicas, como assistência social, a saúde, a educação. E neste processo, muitas vezes, nós temos que apresentar documentos diferentes em cada uma das secretarias, mesmo tendo credenciamento do SISPAR.

Inclusive na lista de documentos, deputado, que vem para nós, um dos documentos é Certificado do SISPAR. Mas eu digo assim: não adianta nada eu ter documento do SISPAR tudo cadastrado lá, bonitinho e depois me pede três página de documentos a mais. Eu acho que assim é um contrassenso para as organizações e para o poder público que tem que analisar tudo novamente. Se temos o SISPAR, que nasceu com este objetivo de desburocratizar, e a própria Lei 13.019 veio fortalecer isso, porque é que a gente não dá segmento a outra essa possibilidade? Outra questão é que os editais, também, possam ser quando acontece mais acessível. Porque nós temos assistido como organizações, editais que foram escritos de uma forma tão complexa que até quem tem experiência na área, deputado, fica extremamente difícil de compreender, isso não torna acessível os editais. Os editais têm que facilitar e a nova Lei 13.019 na verdade ela veio para democratizar o acesso para todas as organizações de pequeno, médio e grande porte. Mas na prática, deputado, isso não está acontecendo. Por quê? Muitas organizações estão com o edital complexo, ficam fora. Não tem condições porque não conseguem nem compreender o que está escrito. Isso, talvez, a gente tenha que repensar em uma formação, em uma orientação eu não sei como a gente pode construir isso juntos, de construir algo de forma mais acessível. Porque tem muito pequena, média organização que faz um trabalho fantástico.

Principalmente nas áreas mais distantes do centro da cidade, que são essenciais, essas ficam fora, ficam fora, e não é justo. Quando poderíamos potencializar lá onde realmente existe uma problemática social.

Outro ponto que a gente coloca muito é a questão da legislação para empreender, para as entidades poderem empreender. Essa Lei que o Rafael citou, realmente poderia ser um grande referencial. O nosso Estado poderia se destacar nisso, porque hoje sabemos que o recurso público será cada vez menor. A gente viu até no Festival ABCR. Na verdade as tendências serão de buscar cada vez mais a autonomia das organizações. E nesta autonomia se percebeu claro que os recursos públicos são cada vez menores para atender problemáticas sociais novas que estão surgindo a cada dia que passa. Por este motivo e de forma, eu acho que estrategicamente viável, e economicamente também, que haja uma parceria entre o primeiro, o segundo e o terceiro setor.

Por que isso? Porque hoje as entidades, como a dinâmica que o Rafael demonstrou foi assim, eu acho que é bem pertinente de demonstrar como o Terceiro Setor hoje é um elo, um elo que pode realmente permitir o diálogo entre o primeiro setor e o segundo setor e a sociedade civil. Isso é importante porque hoje o Terceiro Setor tem uma capacidade de captação de recurso que vai além do recurso público. Ela pode captar com empresa, ela pode captar com as doações, como é o caso do Fundo Patrimonial também e outras. E ela pode captar vendendo produtos mais e poderia executar

políticas públicas de forma eficiente, eficaz e de forma continuada. Pessoalmente eu não sou a favor de que o estado renuncie a prioridade de determinadas políticas públicas, porém, eu hoje entendo que a gente precisa construir em conjunto a efetivação das políticas públicas. E o Terceiro Setor, deputado, pode ser um parceiro estratégico muito importante para o Governo. Acho que estamos tendo uma abertura, não é? A prova é esta audiência pública de poder dialogar com o Terceiro Setor. Para isso é claro que precisamos discutir a presença do Terceiro Setor no PPA, na LOA, em pontificar essas legislações que possibilitem a captação de recursos tanto com o empreendedorismo com a questão nota fiscal, quanto também pode ser a própria Nota Legal que está em discussão neste momento, que pode ser outra forma das entidades poder captar recursos.

E encerro dizendo que hoje o Terceiro Setor eles têm um olhar um tanto sistêmico e tem um olhar intersetorial como nenhum outro, porque o Primeiro Setor ele tem um determinado objetivo, tem uma determinada dinâmica, o Terceiro Setor ele consegue ter uma perspectiva bem trezentos e sessenta graus, que os outros setores não conseguem ter. Por isso, eu acho que é necessário e não podemos mais trabalhar de forma separada e antagônica.

Eu acho que temos que parar essa lógica antagônica, hoje é um momento de cooperar, é o momento de dialogar.

Nós acreditamos como organizações do Terceiro Setor, a gente fala isso muito com as outras instituições nesta lógica de diálogo de construção conjunta, onde o Terceiro Setor precisa ser ouvido. Portanto, sempre nos colocamos à disposição como Terceiro Setor para o Poder Público, Executivo, neste caso o Estadual e Legislativo também ouçam as organizações que já atuam. Antes de fazer qualquer mudança, qualquer mudança na própria gestão, qualquer mudanças nas políticas públicas, ouçam as organizações do Terceiro Setor.

Muito obrigada pela oportunidade.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Obrigado senhora Giuseppina Maria Fulco, Diretora-Geral da Associação Casas Família Rosetta. Sexta-feira passada o Governador fez uma Solenidade juntamente com Prefeitura Municipal aqui de Porto Velho, a respeito do programa PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, no mesmo dia à noite, no final da tarde eu participei da formatura de conclusão do CFS da Polícia Militar do Estado de Rondônia, lá no SESI, e ao término da formatura eu fui indagado: "Deputado, o senhor é do partido do Presidente, Partido Liberal, o senhor estava naquela, o senhor e o Governador estavam na Solenidade do PAA, o senhor não acha que isso contra o que o Bolsonaro defende, aquisição de você comprar e doar para as associações, para as organizações? E eu falei assim: não, não acho! Eu acho que é uma forma de nós darmos uma ajuda aquelas organizações que, muitas vezes, faz o trabalho que é do Estado, o Estado não tem perna, não tem o braço para abraçar as pessoas que essas organizações abraçam, então é o mínimo que o Estado pode fazer. Então a gente não pode ser tosco e totalmente grotesco, vamos dizer assim, de virar as costas para as pessoas, é o mínimo que o Estado pode fazer. Nós temos hoje dois milhões, em torno de três milhões de reais para o PAA comprar e você ainda vai fomentar a Agricultura Familiar, a

agricultura daquela pessoa que tem uma leira, duas leiras de cheiro-verde, de alface, que plantam ali a muito custo à beira do rio, as verduras, os hortifrúteis, você vai ajudar de alguma forma esse pequeno agricultor, que não tem expectativa e, muitas vezes, padece na mãos dos atravessadores. Então o Governo vai está comprando diretamente do pequeno produtor e contribuindo no trabalho que essas Organizações do Terceiro Setor fazem e promovem. Essas políticas públicas que deveriam ser de competência do Estado. Então assim, eu, mesmo sendo do Partido Liberal, onde a gente defende menos Estado, mas que precisamos ainda antes de mudar o cenário precisamos dar a mão para essas pessoas, para vocês que estão aqui na nossa plateia. Eu entendo dessa importância da atividade que vocês fazem, aquilo que vocês há anos vêm fazendo sozinhos, que o Estado deve sim contribui de alguma forma, seja através do PAA, seja desburocratizando, revogando essa lei, alterando alguns dispositivos que nós precisamos enquanto parlamentares, enquanto Poder Executivo, Poder Legislativo, darmos as mãos sim de acordo como foi esta a dinâmica aqui do Rafael. Então por isso que nós estamos trabalhando nesse sentido de viabilizarmos o trabalho de vocês. Com a palavra agora, a senhora Liana Silva de Almeida Lima, a Secretária Adjunta da SEAS.

**A SRA. LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA** - Eu vou ser bem breve, porque eu quero ouvir também as pessoas que estão aqui, que eu acho que o mais importante é isso, é saber o que vocês anseiam, como foi dito aqui. Dar o bom-dia então aqui à Mesa, ao nosso Deputado Eyder Brasil. Parabéns por esta iniciativa e a todos os demais. Eu cumprimentos a Giusi, aqui representando também as mulheres aqui e a todos que estão neste plenário.

O Governo do Estado de Rondônia juntamente com a Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social, ela tem um compromisso com a sociedade, e nesta perspectiva pensou-se em fazer, em realizar uma capacitação para o Terceiro Setor, esta capacitação vai ser no mês de julho, eu passei aqui no auditório uma lista, alguém deixou de preencher a lista? Tem uma lista circulando aqui, justamente para a gente estar buscando qual é o Terceiro Setor que ainda não está cadastrado no SISPAR, o SISPAR tem o controle do Terceiro Setor, mas existem muitas entidades e associações que nos procuraram enquanto Secretária e que não estão cadastradas no SISPAR.

Então essa capacitação que vai ser realizada no final de julho, ela vem justamente buscar maior relação entre o Terceiro Setor, o Governo do Estado, a Secretária de Assistência Social justamente para a gente trabalhar os grandes projetos. E eu tive o prazer de agora sentada ali na plenária, conhecer uma pessoa que escreveu esse livro aqui, Dr. Bruno Valverde, ele é representante da OAB e eu vou passar para vocês assim uma informação muito interessante que ele colocou aqui nesse livro dele, que ele fala nesse sentido: "nessa direção defendemos ainda a necessidade da redução da intervenção estatal nos rumos econômicos, porque sem a participação da sociedade na área econômica, por meio da criação de empresas de investimento sem contributo social no gerenciamento dos recursos públicos, etc. a máquina do Estado pode além de ficar mais ineficiente, acabar gerando mais pobreza e passividade por parte da sociedade". Essa consideração, que

ele fez nesse livro aqui, eu vejo que é um livro fantástico, que fala justamente sobre essa questão do Terceiro Setor, Direitos fundamentais e as Políticas do Brasil. Então, assim, é muito interessante esse trabalho e justamente buscando essa parceria com o Terceiro Setor, a Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social, ela vai está ofertando essa capacitação, então assim, que nós possamos estar atentos a esse chamamento, porque como o próprio livro diz, o Estado, ele precisa de parceria. Não é o Estado que dá a mão, vocês que dão todo suporte para a gente, o suporte necessário, que muitas vezes a legislação, a LRF nos impede de fazer o trabalho e realmente chegue na sociedade. Essa dinâmica que o senhor Rafael colocou aqui, ela diz tudo realmente, é necessário que haja o quê? Todos planejando em uma mesma direção, é o momento do planejamento do PPA, é o momento do planejamento de todas as ações do planejamento estratégico, que o Governo está realizando nesse momento, é interessante que o planejamento, ele está sendo conjunto em todas as Secretarias, porque os problemas sociais, eles perpassam por todas as Secretarias. A Assistência Social, ela não vai sem a Saúde, ela não vai sem a Educação, ela não vai sem o Turismo, então, são projetos que perpassam em todas as Secretarias e o Governo do Estado está aqui de mãos unidas, a nossa Secretária Luana Rocha, ela está imbuída nesse aspecto, nessa consideração de unirmos forças para chegarmos ao objetivo comum, que é melhorar realmente a situação e a necessidade da sociedade como um todo, de Porto Velho, de Rondônia, porque nós nascemos aqui, eu sou daqui mesmo de Porto Velho, a origem da minha família é Calama, São Carlos e Baixo Madeira.

Então, assim, nada mais do que a gente daqui da terra realmente querer ver esse Estado crescer de mãos dadas, não deixar que questões ideológicas separem ou impeçam o crescimento do nosso Estado, nós temos que estar muito alerta a isso, gente, porque assim, o trabalho, ele está intenso, o planejamento está crescendo, mas, é necessário que nós busquemos justamente essa união, busquemos justamente o melhor para o nosso Estado de Rondônia. Muito obrigada.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** - Obrigada Liana. E agora abrindo as falas aos nossos amigos da plateia, quero convidar a minha amiga Nilza Ferreira, Presidente da AMA.

**A SRA. NILZA FERREIRA** – Bom dia a todos. Bom dia Deputado. Muito obrigado por promover essa Audiência Pública do Terceiro Setor, o Rafael. E dizer assim, que isso é muito importante, nós estarmos aqui reunidos discutindo esse tema que é de suma importância para as organizações. Eu quero agradecer aqui a Giuse, que é uma pessoa que eu admiro muito e ao Rafael, que eu conheci; a 3 anos que eu estou na AMA, e onde ele veio abrir esse leque para a gente, como nós trabalhamos melhor nas instituições, aprendermos bastante.

E hoje nós crescemos muito desenvolvendo um trabalho, nós começamos na AMA com 30 crianças, no segundo ano fomos para 60 e hoje nós estamos atendendo 60 crianças autistas na nossa instituição. É um trabalho que não é fácil para quem está na frente, mas, nós estamos trabalhando, sentimos muita falta ainda dos apoios realmente do Governo, do município, como a Giuse e o Rafael já citou, nós temos que estar sempre lutando, trabalhando, se engajando.

Hoje a AMA, eu falo assim que é uma instituição independente, que realmente ela trabalha, ela promove eventos e se mantém com a estrutura que nós temos lá. Agradeço ao nosso Prefeito Hildon Chaves também que nos ajudou muito, continua ajudando, ao Estado por ceder os professores, mas, é um trabalho assim que não é fácil. Hoje, eu creio que os Presidentes, nós estamos mais atualizados, o Terceiro Setor tem realmente passado conhecimento para todos nós, nós não fomos esse ano para a ABCR, nós até chegamos a pagar, mas, não fomos, aonde é trabalhado esses recursos internacionais que vêm e isso é muito bom. E eu quero pedir a vocês, aos presidentes das instituições que a gente possa se unir mais, crescermos juntos porque a gente precisa. A gente precisa unir essa força de todo mundo. Nós promovemos agora um projeto Arte Pupa, que a gente viu as instituições trabalhando todo mundo junto. Gente é assim: a gente vê a alegria das pessoas, quem está por trás trabalhando. É assim: não tem preço. Mas, ainda assim, nós precisamos do governo está ajudando mais essas instituições.

Rafael, você está de parabéns. Sempre que a gente chama, que tem algumas coisas que a gente não sabe realmente, ele sempre está nas instituições visitando, apoiando nossos projetos. E o nosso grande projeto este ano, eu já falei com o Deputado Eyder, é o nosso terreno. Eu quero pedir novamente que quando nós viemos que todos os deputados venham abraçar, que eu creio que a AMA, não sei se as outras instituições, mas que ainda não tem terreno e a gente precisa construir porque as crianças estão vindo, tem muitas crianças pequenas autistas, assim como as outras também precisam.

A gente dá esse apoio para essas crianças, porque elas dependem da gente, nós somos a voz delas. Então eu quero parabenizar, muito obrigada e um bom-dia a todos e que nós possamos contar sempre com vocês. Muito obrigada.

**O SR. EYDER BRASIL** – Obrigada, Nilza. Agora, com a palavra, o senhor Carlos Berssane, presidente da APAE.

**A SRA. LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA** – Antes da fala do senhor, só um recadinho. Aquele rapaz que está lá no fundo, o Armandinho, ele está recolhendo a fichinha. Ficou com quem? São quatro, são três fichas que estão passando aí pelo plenário, está bom? Ele vai recolher. Obrigada.

**O SR. CARLOS BERSSANE** – Bom dia. Quero cumprimentar aqui o proponente da Mesa, o Deputado Eyder Brasil, o Rafael.

Cumprimento a todos. Não quero deixar de agradecer também o nosso amigo Valdemar Albuquerque, que sempre nos apoiou quando estava à frente da Casa Civil no Governo, sempre foi apoiador da APAE, os meus cumprimentos.

Eu queria dizer aqui que hoje o terceiro setor é um braço direito do governo, e muito forte. Nós, lá da APAE, pegamos com 54, estamos com 130 alunos e temos uma fila de espera de mais de 30 alunos, e a gente não tem mais onde colocar. A nossa situação hoje lá é espaço físico. Fizemos convênio com a FIMCA, onde nós atendemos lá a fisioterapia ortopédica e o nosso público era pequeno. Nós tivemos que pegar a fila de espera do CERO. Nós desocupamos a fila de espera do CERO lá, com atendimento na APAE, só que não foi divulgado, não interessa ao governo, porque o Terceiro Setor

faz o papel dele, que ajuda muito. Então, todo dia, nós tínhamos 10, 12 pacientes sendo atendidos lá na APAE, que era da fila de espera do CERO. E isso aí diz o que o Terceiro Setor hoje faz na prática. É um serviço muito delicado, estressante assim por parte de correr atrás de verbas, de ajuda, e é um serviço humanitário, nós fazemos serviços voluntários. Eu queria aqui também falar, por Eyder Brasil, da Dona Hilda, que é presidente da federação das APAEs, que pediu desculpa por não ter vindo.

Mas o que ela queria deixar claro aqui é sobre as emendas parlamentares. Hoje, nós recebemos aqui uma emenda da Deputada Marinha Raupp, de 2017-2018. Foi uma emenda de um milhão de reais e mais quinhentos mil, do senador Raupp. Essa emenda era para comprar 10 vans. Nós corremos atrás, 2 anos atrás dessas emendas, lá tinha sido liberados, mas no governo chegava e ninguém sabia onde é que estava esse dinheiro. Foi feita uma licitação na SEPOG para a compra de 10. Agora estão renovando a licitação, porque só dá para comprar 9 vans. E quem vai fazer essas vans é o governo. Só que lá no governo não há ninguém. Se há, não sei onde é que está esse pessoal da Comissão para fazer esse acompanhamento e a destinação dessa verba. Nós tivemos que ir atrás do Deputado Adelino Follador, que foi feito uma PL 62, que foi feita uma Audiência Pública lá em Ji-Paraná, uma Assembleia itinerante, onde foi votado esse orçamento, para poder entrar esse dinheiro. Então, nós temos dinheiro, mas não temos onde colocar esse orçamento. Essa é a dificuldade para entrar esses recursos federais aqui no governo. Então, eu só queria deixar bem claro de como vão fazer essa comissão para lidar do terceiro setor com o dinheiro público. Obrigado, Deputado. Até mais!

**O SR. EYDER BRASIL** – Obrigado, Carlos. Rafael vai falar?

**O SR. RAFAEL VARGAS** – Aproveitando a colocação do Berssane, da APAE, nós estamos agora discutindo o planejamento estratégico do Governo de Estado de Rondônia.

Está sendo alinhado realmente com todas as ações e, principalmente estamos aí focados em também em algumas situações com o Terceiro Setor os procedimentos do Governo, só para informar aqui sobre o que o Berssane colocou, referente à Emenda Parlamentar que vem do Governo, depois entra para o Estado, depois vai para a Prefeitura, tem toda essa burocratização toda. O que é importante observar que, às vezes, existem alguns erros básicos do próprio parlamentar que acaba ocorrendo. Eu estou falando só no cenário que estava atualmente. Digamos, eu chego, sou Deputado, prometo uma Emenda para uma Organização. Ok! Só que ela vem por esses trâmites, Governo, depois Município, e quando vai para chegar à Organização que foi prometida, não vai, porque precisa desenvolver a chamada pública, às vezes, existe esse desconhecimento. Agora, no caso da APAE é possível, porque como é uma política específica, tem uma atribuição específica pode trabalhar com a inexigibilidade tudo bem. Eu posso ficar responsável Berssane, por capturar realmente onde é que está essas informações e assim, na verdade boa parte dos projetos agora, como a Secretária também está acompanhando vai ter uma Equipe Específica de planejamento Estratégico do Governo do Estado de Rondônia. Então, essa equipe na verdade ela vai fazer todos os levantamentos e os entraves que existe no

Governo e nós iremos lá para desatar os nós, a nossa função agora, é agora na verdade a minha função está Berssane, e já comunico a todos que na verdade já estou saindo da Gerência de Fomento do Terceiro Setor, não estou mais, na verdade já estou assumindo outra atribuição, agora estou diretamente ligado à Casa Civil, desenvolvendo e organizando o Planejamento Estratégico e estarei na coordenação também. Então onde que tiver nó, é onde que nós iremos atuar para desatar os nós. Ok!

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Parabéns! Eu ia deixar a fala do Rafael para o último, para ele passar essa informação, dizer realmente, passar essa informação para todos vocês, que ele vai está fazendo parte do Governo do Estado de Rondônia, agora, juntamente com o Chefe da Casa Civil, meu amigo Júnior Gonçalves, no Planejamento Estratégico do Estado de Rondônia.

Quero agradecer e registrar a presença da senhora Isabel Pereira, representando a Associação do bairro Flamboyant.

Quero convidar para fazer uso da fala o senhor Ciro Barbosa, da ONG Voluntário Animal.

**O SR. CIRO BARBOSA** – Olá! Bom dia a todos. Deputado, agradecer a oportunidade desta Audiência Pública que é muito importante para o Terceiro Setor. A nossa ONG é a Voluntário Animal, ela vai de encontro a muitas Organizações aqui do Terceiro Setor, que a maioria lida com humanos, nós lidamos ao contrário, lidamos com o meio ambiente e necessariamente os animais aqui do Estado de Rondônia. A ONG Voluntária Animal, no ano de 2018 foi escolhida entre as 200 melhores ONGs do Brasil pelo Instituto Doar e pela Revista Isto É. O que é importante gente para uma ONG e para o Terceiro Setor do Estado de Rondônia? É a independência. E eu acredito que a independência ela vem financeiramente, financeiramente ela vem independência. O que acontece hoje com o Terceiro Setor? As pessoas hoje dependem, exclusivamente, de está com pires na mão na Assembleia Legislativa ou na Câmara Municipal, isso não fortalece o Terceiro Setor. Nós precisamos ter mais dependência e independência ela vem quem sabe a Criação de um Fundo do Estado, onde que é o Terceiro Setor ela trabalhe esses recursos de uma forma mais independente, porque só se faz gente o Terceiro Setor forte quando você contesta o Governo, é assim que nós temos feito aqui, a diferença aqui no Estado nos últimos anos é contestando. Hoje, nós conseguimos fazer muito mais pelos animais, que o Estado e o Município juntos, isso que eu estou falando é comprovado, com documentos, com ações, de milhares de animais que nós resgatamos aqui das ruas de Porto Velho, onde a semana passada nós inauguramos o primeiro abrigo aqui do Estado e a Capital de Rondônia, onde que nós temos lá 150 animais, ou seja, saímos na frente do município que não tem; e tem obrigação Constitucional de defender os animais e guardar pela sua segurança e saúde. Mas, nós como voluntários, mantemos lá um abrigo com aluguel, com energia, com água, com cuidador 24 horas e o Estado não consegue nem o município, isso é um crime até, entendeu! Que a obrigação, a gente está, hoje, como voluntário nós fazemos o papel do município, e com louvor. Então, isso não é diferente de qualquer um de vocês aqui, eu estou falando de animal, mas cada um passa

aqui a sua dificuldade, leva a sua Associação, a sua ONG na mão e com seu dinheiro aqui, essa que é grande realidade.

Para você pegar um dinheiro público é uma saga, é uma saga.

Documento, nós fomos ganhadores de um chamamento público o ano passado, foi um trabalho de 2018 o ano inteiro, inteiro, é uma Bíblia, 300 páginas juntando documento. Depois vem a prestação de conta, é outra saga e o nosso objetivo, e o tempo para você gastar para isso? Fazer uma saga para pegar um dinheiro público, fazer uma saga para fazer uma prestação de contas. E o nosso objetivo maior com os animais, com o ser humano? Fica lá atrás, não sobra tempo. Então, essa realidade tem que ser mudada. E, eu acredito que a mudança vem com a independência, que o Terceiro Setor possa ir lá buscar um recurso, independente, de uma forma mais independente. É claro que o governo, quem vai dar o recurso sempre é o governo, mas tem que ter uma facilidade maior.

Ao SISPAR, eu quero agradecer aqui também o objetivo do SISPAR também, nós somos umas das poucas que conseguimos o certificado, agora faz uns 30, 60 dias que conseguimos a nossa certificação. Mas, como a nossa amiga aqui falou, tem o SISPAR, mas precisa de mais documentos.

Então, não tem cabimento isso. Ou você usa o SISPAR, que você, realmente, não vai precisar mais apresentar toda uma documentação de novo, ou ela, no objetivo dela por enquanto está controversa. Então, esses ajustes precisam ser feitos no Terceiro Setor para ontem. É para ontem. Não é para amanhã, não é para depois. Porque eu passei dois anos esperando para tirar o SISPAR, que o objetivo tem que ter dois anos para fazer convênio, mas eu precisei ir duas vezes ao SISPAR. E quem está no interior, como é que faz? Vai ter que vir lá do interior às vezes, pegar um documento, saber por que está demorando um pouquinho. Então é isso, nós somos uma ONG que contesta. Contesta o Governo, o Município, o vereador, o deputado.

E tem outra coisa muito delicada também gente, para a gente que é do Terceiro Setor. Quando a gente depende muito, o dinheiro público é muito bom, ele ajuda, só que ele não pode ser a principal finalidade, o principal recurso. Ou então, ele pode até vir também, mas é aquele tal negócio, tem que vir com independência.

Eu, às vezes, eu tenho que contestar um secretário de Meio Ambiente, mas é o mesmo que me fornece o recurso público. É o mesmo. Isso não é bom. Porque quando eu discordo do que é da política pública dele, que ele está fazendo de forma errada e eu estou dependendo dele para ele me liberar um recurso, isso é terrível. Isso é muito ruim para o Terceiro Setor.

Então, eu acho que deve ter uma independência dessa liberação desse dinheiro, porque senão gente, a gente perde a voz. Assim como eu posso perder a voz, que nós representamos os animais, vocês perdem a voz daquilo que vocês, quer dizer, cada um tem a sua missão aqui. Eu tenho certeza que muitos aqui passam por situações que, às vezes, tem que falar, mas não pode, porque está dependendo de uma liberação de um recurso público. Isso é terrível. Isso mina o Terceiro Setor. Isso acaba com a nossa voz. Então, eu quero deixar essa observação que eu passo e, tenho certeza, que todos aqui passam, que precisam, às vezes, falar algumas coisas para o Governo, para o Município e, às vezes tem que ficar calado. Isso não é legal

para o Terceiro Setor. Então, era só isso mesmo. Eu agradeço a todos.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Obrigado Ciro. O Rafael gostaria de contribuir.

**O SR. RAFAEL VARGAS** – Ok. Aproveitar só falar sobre o SISPAR também. O que é importante observar é que nós tivemos uma mudança de governo e nessa mudança de governo tivemos que ter algumas estratégias. Com certeza nós tentamos fomentar da melhor forma possível. Em abril eu fui para a Gerência de Fomento do Terceiro Setor. Eu era Chefe de Núcleo e em abril eu acabei indo para a gerência. E, automaticamente, organizamos algumas estratégias para que a emissão do certificado não possa demorar. Há alguns assessores que aqui estão presentes, estou observando alguns, acompanharam esse procedimento. Em janeiro, fevereiro e março estávamos sem equipe no SISPAR e veio uma equipe em abril. Quero, primeiramente, também parabenizar a equipe que veio da Francisca, a Sabrina, a Kate, o Sisnando, que representa as organizações rurais através da EMATER e o Milton. Essa galera, realmente, assumiram a responsabilidade, estão tramitando. E a comunicação está sendo mais rápida e direta com as organizações. Quando a gente está observando e tem algum problema, automaticamente a galera já liga: "E aí, vamos resolver o documento que está faltando?" Ou se não recebeu a resposta por email, está ligando novamente.

Não sei se vocês que estão aqui presente já receberam esse tipo de contato ou de informação por email. E, quem está no interior também, só anexam os documentos no SISPAR, recebe, a equipe analisa e, automaticamente, a equipe já vai entrando em contato direto. A organização não precisa mais se deslocar a Porto Velho como era antes. Existia certa burocracia. A equipe anterior, através da estrutura, havia até uma formalização. Se eu sou representante de uma organização não posso me deslocar a Porto Velho para pegar o SISPAR, eu preciso fazer uma Procuração para que alguém me represente lá e busque o SISPAR. Então, o meu ponto de vista sempre foi burocrático nesse sentido, sempre quisemos, realmente, dinamizar essa atuação e se aproximar ainda mais das organizações. Espero que a equipe esteja atendendo essas demandas e está, porque já estamos sanando algumas, acho que o Aparecido acompanhou bem esse processo, o Aparecido é uma das pessoas que mais incomoda, a gente está lá todo dia tomando café com a gente. Mas, a gente tenta proceder da forma mais humana possível, com atendimento, com agilidade e tendo a efetividade que é a emissão do certificado. E as organizações estão recebendo tudo online. O processo hoje, é importante a gente também observar e questionar muitas vezes os processos, que o certificado, vocês podem observar, ele mudou a cara dele, mudou o formato, ele está sendo emitido pela SEI, que é um sistema que o governo implantou para ter agilidade nos processos. E no SEI, se vocês observaram, quem recebeu o SISPAR, tem lá o número do processo. Então, significa que aquele número que está lá, é o processo que vai ser para o resto da vida da organização, todos os documentos vão está anexados ali. Então, qualquer secretaria, qualquer servidor público de qualquer secretaria; SEAS, Educação, Assistências, entre outras podem acessar o processo do

SISPAR através do número que está no certificado. Então, todo o servidor vai ter acesso aos documentos. Então, não se faz necessário emitir novamente, ou levar os documentos. Cabe a gente como 3º setor também se posicionar: olha, tem um número do processo daqui. Capta lá documentos que já foram entregues, acho que pode também dar essa orientação. A gente está começando ainda ter essas orientações as Secretarias, porque todas secretarias não estão atentas a isso. Porque que o SISPAR teve essa fragilidade? Realmente teve uma situação de 2015, 2014, 2015, 2016 como foi colocado pela Luiza, estava em desuso. Realmente, o sistema, ele estava em desuso, a galera, a equipe anterior não estava utilizando o sistema como deveria utilizar; recebia os documentos físicos, recebia os documentos via e-mail e processava fisicamente. Então, demorava um tempo para que se fosse analisado. Hoje não, automaticamente que o documento liga e tem uma certa prioridade, é uma emenda de um deputado; ah, é um processo que já está em andamento lá na assistência. Então, já acelera essa análise e às vezes o certificado sai no mesmo dia, porque já soube para o Secretário assinar. Então, espero que nós estejamos atendendo aí vocês da melhor forma possível com o serviço público. Ok.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Obrigado Rafael. Gostaria de convidar aqui o senhor Ezequiel Silva, Presidente da União Portovelhense das Associações UPA e Presidente da Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia – AGERO.

**O SR. EZEQUIEL SILVA** – Primeiramente eu gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de poder está aqui nessa manhã. Em nome do deputado cumprimentar todos que estão presentes na Mesa; em nome do nosso amigo ali que acabou de falar na causa animal, quero cumprimentar a todos. E um bom dia do bairro Monte Sinai e a todos que estão presentes.

Eu estava aqui convidando meus amigos para assistir um vídeo que eu quero parabenizar a equipe aqui que está transmitindo e é muito importante, já recebendo aqui algumas mensagens já no meu Facebook dessa transmissão que está sendo acontecendo nesse momento. Estive lá com a subsecretária que está aqui, lá do SEAS, não sei se ela lembra, eu estive lá para levar uma demanda diretamente ali da zona leste. Hoje, nós temos um site, eu queria convidar você primeiramente para acessar o nosso site da União Portovelhense das Associações, é [www.upasvvh.com.br](http://www.upasvvh.com.br). Nós temos um grupo de 70 presidentes aqui em Porto Velho e no levantamento que nós fizemos, só no levantamento que eu fiz pessoalmente, são 300 associações que hoje não estão, se for tirar uma certidão municipal, não tem; porque está devendo o alvará de funcionamento do Presidente do bairro de 1940, por aí assim.

Então, não tem. O Presidente pegou hoje uma entidade lá no bairro que estava com débito na dívida ativa; ele vai tirar a certidão do INSS não sai a certidão, porque eles vão cobrar de tantos anos, vão cobrar os últimos 05 anos. Essa é a realidade deputado das Associações, eu estou aqui para falar em 03 pontos e já vou ser breve. Primeiro é da "OSC", da Organização da Sociedade Civil, que é essa, a realidade é essa.

Aí nós temos aqui, queremos chegar, o governo está aqui na Mesa, para chegar perto das associações. Essa mulher aqui, desde, que eu entendo, que eu trabalho há 10 anos com

associações, eu vejo essa mulher lutando com esse objetivo.

Todas as entidades que hoje eu acredito que 80% que estão hoje cadastradas devidamente, é pelo esforço da equipe do Rafael, e no começo do governo quando eu fui lá no SISPAR para renovar, eu falava assim: - não, acabou o SISPAR. Eu procurei: - não, mas o Rafael ainda deve está vivo, eu fui atrás do Rafael, até que eu consegui. Então deu uma preocupação muito grande na hora que o governo já de cara já eliminou.

Porque nós recebíamos na UPA, os presidentes estão falando aqui no meu grupo que não sabia da Audiência e eu soube por que eu vir aqui na Assembleia, aí o Presidente, o Santiago lá do bairro Monte Sinai falou: tu vai participar da Audiência? E eu falei: eu estou sabendo agora, mas eu vou ter que ir lá, até que eu tenho uma reunião agora de prestação de contas lá na SEJUS que estão me ligando que eu tenho que levar agora, eu estou com os documentos ali para levar. Eu tive que estar aqui, parabenizar o senhor por esta iniciativa, é preocupante. Eu tive com a senhora lá na sua secretaria, a senhora me falou para eu passar para um rapaz, eu levei o meu projeto com todo amor, ele me ouviu, ouviu, é o meu projeto de música lá na AGERO, pela AGERO, que eu sou Presidente da Associação dos Jovens Estudantes de Rondônia, para poder ser Presidente dos Presidentes do meu grupo, então, eu tenho que ter uma iniciativa estar como Presidente, numa entidade. A AGERO está fazendo hoje um bingo, eu quero convidar vocês, sexta-feira, na Escola Flora Calheiros, nós vamos sortear um computador que a gente está disponibilizando nesse bingo de três reais, para comprar um carro para um professor, que ele foi corrigir o aluno, lá na Escola Flora Calheiro, o aluno, saiu lá fora e queimou o carro dele, ele vem trabalhar de ônibus dignamente, é digno de andar de ônibus, mas é de dia ainda, mas, quando são dez horas, onze horas que ele vai sair para casa dele, ele fica assim no portão, com aquele receio de sair e acontecer alguma coisa lá fora. Então, nós estamos mobilizando os próprios alunos, eu convido a senhora para estar lá, cada um de vocês que estão hoje aqui, eu já convidei o Rafael, convido vocês para trazer uma palavra para esse pai de família, para esse cidadão que trabalha há vinte anos, está lá na ponta. Então, eu estou falando isso aqui, porque eu estou falando das associações, lá onde está o gargalo que fala, onde está à ponta.

Eu sou da ponta, eu estou no meio da ponta, e quando eu vim pedir apoio do governo, com o meu projetinho, que até hoje, eu infelizmente eu não tive ainda resposta, eu tive que seguir sem ter força, eu estou cadastrado no SISPAR. Eu estou com toda a documentação com muita dificuldade, e estou ajudando meus companheiros na UPAS, nós temos que contratar um advogado Deputado, se depois você quiser fortalecer isto daí, que está fazendo as questões, um levantamento de quanto que deve e tudo, mas, nós tínhamos a nossa sede aqui na Estrada de Ferro, junto com os ferroviários que é do nosso grupo da UPAS, só que tiram os ferroviários de lá e colocaram numa salinha ali bem apertadinha, que eu fui lá com o seu Bispo, e ele está ali que não consegue nem se mexer nem atender as pessoas; aí a nossa sede funcionava ali da UPAS.

Então, a gente está sem um local aqui no centro porque são presidentes de vários bairros que vem para resolver as suas demandas, que o nosso contador, nosso advogado, nosso assistente social, psicólogo na UPAS, eu não vou falar mais, vocês podem olhar o site, que nós temos bastante trabalho lá,

está à disposição do senhor. E eu quero dizer que nós estamos à disposição para a gente chegar, viu secretário Edson? Chegar verdadeiramente nas associações, porque aqui está sendo estudado algo dentro do governo, eu estou trazendo para vocês a realidade do que acontece lá, lá atrás. Eu estou hoje pela fé, com cem alunos de informática na Praça Sé, eu acho que o senhor fez uma visita um dia desses lá na Praça Sé, no JK? Eu estou com amigo que é voluntário ali do balé, com quatrocentos alunos, eu estou dando curso de designer gráfico, de fotografia, que isso é que está na moda dos jovens para ocupar a mente dos jovens, de marketing pessoal. Então, eu estou com duzentos alunos de música, que foi o projeto que eu trouxe, mas, como eu não consegui apoio mesmo tendo este SISPAR, porque daqui que vá... Que agora, eu vou coloquei no grupo aqui, gente, a partir de hoje, o ano começou para nós, eu estou falando isso aqui, porque vocês estão se manifestando para ajudar, e eu falei, estou falando aqui para mais uma representante, a partir de hoje o ano começou para nós, que não temos apoio de nada. Porque não adianta o governo ali pensar, e tem pessoas do governo que sabem da necessidade, sabem, mas, só que se não colocar recurso, estrutura disponível, não vai. Porque, nós compramos um automóvel VAN, foram quase duzentos mil, agora, comprei em 2017, foi até apoio do Dr. Neidson, comprei trinta violões, que ele me deu lá uma emenda boa para a gente comprar equipamento, e é esse equipamento que a gente tem que a gente está trabalhando. Mas, para eu tirar o veículo, eu tive que pagar o IPVA, e a Lei, fala que as igrejas e associações, são isentas, então, por que o governo não articula logo para ir logo falar, opa! Aqui é de uma associação, está aqui O CNPJ, está aqui o nome, então, nem vamos cobrar. Eles cobraram para emplacar, com quatro mês venceu, eu tive que pagar de novo o IPVA, e agora, estão cobrando o IPVA de novo, e eu mandei duas vezes o pedido, e eles ficam enrolando, toda a documentação que eles pediram para isenção, eu fui lá e entreguei, mas, aí o IPVA, vem cobrando. Então, acaba com as associações desta forma, a gente luta por um lado, porque o veículo que a gente vai para os presídios, a gente vai levar os instrumentos, a gente levar os instrutores, a gente vai para o JK, a gente tem curso lá na Zona Sul, a gente está abrindo no Areal, na Zona Norte, para atender as pessoas gratuitamente, os nossos voluntários que eu fui atrás de pelo menos fôlego, pelo menos alguma coisa para o voluntário ter pelo menos do combustível para ele dar aula, o curso grátis para a comunidade, mas, não consegui até agora. Eu tenho SISPAR, nós temos tudo, não consegui, por quê? Porque, a gente vai lá eles falam que não tem recurso. Eu acho Deputado, que se o senhor não colocar mesmo a mão no arado e falar assim: o que tem de recurso? O que as associações precisam? Vamos trabalhar na Lei, para isentar porque, eu fui Secretário da Associação do Tancredo Neves, onde eu moro, entendeu? Lá veio o IPTU, e a Lei, fala que as associações, não precisam pagar IPTU, mas, o governo manda. E aí, a gente pede para fazer a isenção dentro da Lei, e não fazem. Então, faça um levantamento, eu estou disponível, eu tenho 24 horas, porque eu só trabalho na obra de Deus, eu não tenho portaria em prefeituras, governo, com ninguém, eu sou livre. Eu levantei essa bandeira porque Deus me libertou lá de onde eu vivia uma vida escravizada no crime e nas drogas desde os meus 12 anos de idade. Deus me levantou para fazer a boa obra e eu faço por amor, não ganho

nem R\$1,00. Os meus associados que ajudam lá manter, para a gente pagar pelo menos transporte, agora mesmo tem lá dentro do socioeducativo tem professor dando aula lá de violão, para ocupar a mente dos meninos. Então nós não paramos.

Por amor, por amor. Mas eu vi agora, deputado, que não tem condições da gente apenas por amor. Como é que vai se locomover, chegar lá no posto de gasolina: coloque aqui por amor um combustível no nosso automóvel, que precisa levar o nosso instrutor, que nós precisamos transportar, entendeu? Não tem como! E o que a gente discute aqui, a nossa equipe aqui que nos protege é que precisa chegar lá.

Mas vocês vão chegar lá. Eu estou aqui para dizer que eu conheço bairro por bairro que eu sou nascido e criado aqui.

Eu vou à associação de manhã, de tarde, de noite, de madrugada, eu tenho tempo para ir. Chegar lá com o contador, o advogado, o que é que precisa? Só vai crescer lotado aqui de presidente, de coisa, quando eles estiverem com documento, documentação. E para isso eles são com um monte de coisas atrasadas na Associação lá do bairro, na Associação de ONGs que é do nosso grupo. Então o que é que acontece? A dificuldade está aí em ter um apoio. Porque não tem como a pessoa não tem da onde tirar, ninguém lá no bairro ajuda, lá não contribui, porque não tem nada na associação do bairro.

Não tenho um curso, não tem uma assistência, não tem um dentista, não tem nada. Aí, como que o morador vai ajudar? E como que o Presidente vai conseguir se não têm documentação? Aí, o senhor manda uma Emenda lá para Associação do bairro Tancredo Neves, aí chega lá emenda, volta! Porque não tem documento Então essa é a dificuldade.

Então, eu estou falando aqui a parte do Governo, que realmente está distante, como foi feita aqui a encenação. Hoje, a partir de hoje, eu acredito que está fazendo como Rafael fez a encenação aqui, eu acredito, eu tenho fé nisso. Não estou aqui de graça. Eu estou aqui em nome de Jesus, falando que um dia o nosso ano está começando hoje, para as associações através dessa audiência pública. E eu vou acreditar deputado.

Eu lhe acompanho no Facebook, estou transmitindo aqui, estou fazendo tudo, entendeu? E eu não quero portaria, eu não quero nada seu, não. Quero só que o senhor continue com esse trabalho porque Deus colocou no seu coração. E não tenha timidez de falar, não. Não tenha. Se você chegar hoje no Governo e falar assim: - Olha que tem para as associações aí? Não tem nada. A não ser a equipe estratégica que está se articulando. Mas lá na ponta quando chegar lá com todo. Vai ter um edital. Só quem vai participar. Quem é que vai participar? Quem carrega a cruz, que são eles aqui das entidades, essas entidades que carregam a cruz há muitos anos, eu acho que desde a criação de Porto Velho, eu acho que para mais de não sei quantos anos. Eles são quem carregam a cruz. Então quando vir o Edital, quando vir o chamamento público, já vai ser praticamente destinado para isso que já tem os seus trabalhos, e que carregam uma cruz pesada. Porque eles sabem que não vai dar de atender todo mundo, não vai, vai continuar a mesma coisa. Vai ter edital, vai fazer várias coisas, vai fazer levantamento e tudo. Vai fazer um editalzinho ali que é para 10 projetos, aí vai vir 200 projetos. E não vai atender.

Está difícil a situação e a realidade é essa, as Associações têm. Pessoas, tem Presidente ali que está



querendo uma oportunidade, mas não chega porque não têm documentação. É uma falha deles? É. Porque era obrigação deles terem a documentação, mas não teve políticas públicas para eles lá atrás. Então eles estão perdidos, os Presidentes estão perdidos sem direção, sem nada. Dou aqui um voto de fé, Rafael, para aonde Deus está te levando agora, mais uma vez uma grande lição. Eu tomei um susto quando você não estava lá. Mas eu vendo que você está na atividade eu sei que o negócio vai fluir, mesmo.

Para a Secretária, está bom? Eu agradeço pelo seu carinho. Você tem, porque eu ouvi falar do trabalho lá da SEAS, porque a SEAS antigamente não abria espaço, vocês estão abrindo, que você já tem um monte de demanda, mas vocês querem abrir mais. Eu vou só pedir uma coisa: faça o projeto para atender, mesmo. Querem atender a comunidade, as associações? Então vá lá. Eu estou aqui para falar. Se quiser eu trago o levantamento de todas as Associações o que elas precisam para se regularizar. Porque se ela não se regularizarem, se elas não tiverem um plano para regularizar as associações não vai. Porque vai vir recurso, vem e volta, e não vai ter como nós estarmos atendendo. Então eu estou aqui me disponibilizando, em nome da União Portovelhense das Associações, a fazer este levantamento, a ajudar. Nós temos aí disponível, voluntários, contador, advogado que faz esse levantamento DBE, faz tudo que for preciso para nós regularizarmos e colocarmos em dia as Associações. Essa parte tem que andar junto com o plano de vocês, porque se não quando vocês captar o recurso vai continuar fazendo só para as entidades que já trabalham, que já tem o seu público, já.

Não vai atender lá na ponta porque não vai conseguir irmã, não é verdade? Ela já tem um público esperando, o irmão acabou de falar aqui que já tem um público já esperando.

Então não vai chegar à Zona Leste, onde os meninos estão queimando os carros dos professores. Não vai. Eu abri 100 vagas, agora, sábado retrasado, lá, para fazer os cursos para ver se a gente já acalma um pouco a nossa juventude que está esquecida. Então eu quero agradecer a Deus mais uma vez, agradecer pela oportunidade, eu peço perdão que eu tenho que ir ali ao meu compromisso lá na SEJUS, e eu peço permissão para eu sair, Deputado, de todos. Muito obrigado em nome de Jesus.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** - Obrigado Ezequiel, a Liana com o uso da palavra.

**A SRA. LIANA SILVA DE ALMEIDA LIMA** – Ezequiel, só para lhe informar, sobre a questão do Projeto. No início do trabalho do Governo, o que acontece? O orçamento que é trabalhado é do PPA que foi planejado dos quatro anos do Governo anterior. Esse seu Projeto ele está inserido no PPA dos nossos próximos quatro anos de Governo. Então assim, e é necessário também, a gente observou e eu li seu Projeto direitinho, todo o Projeto, fiz questão de observar isso, passei para o nosso técnico administrativo, e a gente precisa, a gente sentiu não só neste projeto, mas em outros projetos que chegam a SEAS, assim, um pouco de necessidade de auxílio na questão técnica de trabalhar o projeto. Então esta necessidade, é por isso que a gente viu esta necessidade e está abrindo a capacitação para o Terceiro Setor no mês de

julho, justamente para que todos... O senhor preencheu a fichinha que a gente passou? Tá, eu vou passar para o senhor daqui a pouco. Mas é assim, então todos os projetos que a SEAS recebeu do início do ano até hoje, eles estão sendo replanejados para os próximos quatro anos, que é justamente o PPA do novo Governo. Então assim, o que a gente trabalhava no PPA passado? São as execuções que foram planejadas dos governos anteriores. Então a gente está dando uma sequência nisto, tentando modificar alguma coisa aqui ou ali, um ajuste na LOA, e isto é viável dentro da LOA de 2019, mas os novos projetos a gente vai passar uma nova roupagem neles a partir dessa capacitação, porque na capacitação dentro do planejamento da capacitação está justamente como elaborar um bom projeto, como trazer para o Governo um bom projeto, como justamente fazer prestação de contas que é uma necessidade de todos, porque você prestar contas de um dinheiro público tem que ter toda uma regra, toda uma sequência. E cansativo, é moroso? É. A burocracia para cada instituição ela é grande? Ela é grande, mas mesmo assim ainda existe corrupção. Então o trabalho tem que ser feito de maneira correta, é lógico que, graças a Deus, o Rafael está lá na pasta, é um conhecedor da pasta, conhece a dificuldade de todo Terceiro Setor, sabe dos problemas, mas sabe também da parte burocrática e o que ele puder fazer para minimizar o trabalho, a burocracia dentro do Terceiro Setor ele vai fazer, eu tenho certeza disso, porque ele é um conhecedor da causa. E como você mesmo observou, graças a Deus, a gente está num novo processo, num novo Governo, um o Governo justamente que busca a técnica de trabalhar, a melhor forma de apresentar para a sociedade um bom trabalho, um bom serviço, um serviço transparente que e vem desde CGE até agora justamente essa questão. E vamos trabalhar juntos. A Secretaria como bem o senhor falou está de portas abertas, no momento que o senhor precisar ir lá, se quiser ir lá amanhã ou hoje a gente está disponível. Então assim, nós nos colocamos à disposição e o seu projeto continua em evidência, a gente está trabalhando justamente nisto, mas a gente precisa justamente isso, essa parceria com todo o Terceiro Setor para que juntos possamos fazer um bom trabalho.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Obrigado. Gostaria de tomar aqui as falas, elas foram encerradas, até mesmo por conta do adiantado horário e dos compromissos que os nossos, as autoridades presentes aqui ainda têm ainda.

Eu gostaria de chamar à senhora e Ivonete Silva da Rocha Firmino, representando o Instituto de Desenvolvimento Cultural Social de Jovens as Nações, a senhora Ivonete Silva.

**A SRA. IVONETE SILVA DA ROCHA FIRMINO** – Gostaria de cumprimentar o Deputado e a Mesa presente, também a minha amiga que a gente tem se encontrado aí pelo banco. E gostaria de falar para ser mais rápida eu vou fazer uma sequência do que é o Instituto de Desenvolvimento Social. É um Centro onde nós trabalhamos com a ressocialização do preso e dos moradores de rua. O que nós fazemos na nossa Instituição? Nós temos lá: cortes de cabelos gratuitos, nós temos marcenaria, nós temos corte e costura, e algum tempo atrás aonde surgiu o Instituto de Desenvolvimento Social, eu estava recém-formada assistente social, estava chegando de Brasília

e eu precisava mostrar o trabalho aqui. Então eu fui, na época tinha um Diretor do presídio o Zezinho, eu achei como eu havia feito a minha monografia em cima do preso, eu achei de ir até lá fazer um trabalho com as presas. E chegando ali eu verifiquei que havia muitas presas que não fazia nada e eu como estilista que também fiz uma faculdade de estilismo, eu resolvi levar o corte de costura até ao presídio. E Ali peguei minhas máquinas, fui para dentro do presídio e promovi ali de próprios punhos, com forças um trabalho. E quando foi com 04 meses depois nós tínhamos ali costureiras formadas, se alguém assistiu, se alguém assistiu, a gente esteve na Casa de Cultura Ivan Marrocos, fazendo um trabalho de desfile com roupas fabricadas ali dentro e o Dr. Sérgio William me convidou lá e falou: "olha, Ivonete, foi um bom trabalho, monta uma Associação". E fiz isso. Hoje eu tenho ali um prédio no Três Marias, na rua América do Norte, 2495, é um galpão com 17 salas. Mas, o que a gente precisa? O Dr. Marcos Rocha também ficou sabendo desse trabalho, me convidou até ali na Secretaria SEJUS para fazer um trabalho com dependente químico, no CAPS e no PRONATEC. Tive ali à disposição daquela Secretaria, mas não sei por que, gostaria de saber, por isso que estou aqui, a gente faz vários projetos, minha Associação é sem fim lucrativo, nós temos instrutores capacitados para estar levando esse trabalho, fomos até a SEJUS, fizemos o projeto, tenho o SISPAR, tenho tudo regularizado, mas, nunca pude implantar nenhum trabalho dentro do sistema prisional. Por quê? Por que eu vejo que isso só fortalece as pessoas como: diretor de presídio, agente penitenciário e a criminalidade. Por quê? Por que se você levar dentro do presídio hoje uma função de corte e costura, onde os presos possam fazer uma calça jeans, possam fazer uma camisa, possam fazer uma roupa, o sistema prisional vai tirar o foco da criminalidade. Se você levar hoje uma cozinha industrial dentro do presídio, onde o preso vá fazer a sua comida, vá fazer ali a comida do sistema prisional, vai sair às panelinhas de recurso de desvio de verba. Se você levar dentro do presídio um trabalho onde à ocupação seja formalizar guardanapo, toalhas, porque nós temos hotelaria muito grande dentro do nosso Estado, que compraria matéria-prima e ajudaria a família do apenado que está aqui fora a se manter. Com certeza, nós íamos tirar do sistema, grandes rebeliões, mas, não sei o porquê, não consegui, trabalhei, tenho ali todas as documentações, o SISPAR, tenho alguém aqui também, amigo da gente, o Valdemar, que na época fazia parte do grupo, ele sabe do meu trabalho, sabe da minha luta, fui para aldeia indígena trabalhar, fiz, mas, não temos o reconhecimento, fui para SEAS, trabalhei na SEAS, mas, não temos reconhecimento. Por quê?

Por que a sociedade hoje, ela não está disponibilizada com aquelas associações que estão aqui que querem realmente trabalhar. Mas, se ele tiver um vínculo de desvio de dinheiro, aí ele está à frente, mas, se ele estiver trabalhando, isso eu estou falando por mim, porque trabalho com a minha Associação, com a minha equipe, nós estamos ali 26 profissionais que são costureiros, marceneiros, serralheiro, são ali informática, mas, nós não, até hoje, o Dr. Marcos Rocha tirou a gente, chamou, conversamos, fez vários...Mas, sempre tinha uma desculpa aqui, uma desculpa ali, nunca conseguimos firmar nenhum convênio.

Então, que o Deputado possa estar abreviando as Associações e verificar porque não firma os convênios, mesmo,

às vezes você participando do chamamento público, você não consegue chegar lá. E aí o quê acontece? Quem sofre é a sociedade, porque tem mais hoje reincidentes, o preso sai dali do presídio a pé, ele vem na estadia de 7 dias na sua casa, quando ele vai voltar, ele vai voltar a pé. O que acontece? Ele vai fazer aquilo que ele fazia antes, a criminalidade.

Enquanto, se ele tiver trabalhando, se ele tiver um custo de ajuda para que ele possa manter a família dele lá e para que ele possa se manter, e, voltar e cumprir ali a sua pena, vai ser bem mais fácil, vai ser bem mais prerrogativa dele ali estar e para nós da sociedade, nós vamos tirar mais um delinquente do meio da criminalidade, vamos fazer dele um cidadão da sociedade civil, um cidadão de capacitação, um cidadão íntegro. Então, eu já fui lá a Pernambuco e ali eu estive visitando um presídio onde os presos fazem a calça jeans, faz o seu alimento, faz tudo ali dentro do presídio e o presídio é uma maravilha, porque cada um tem que cumprir sim aquilo que errou, que cometeu, mas, também tem o direito do trabalho, tem o direito da dignidade, não é só ficar ali pensando no que fazer, no que achar de fazer, porque quando você está ocupando a sua mente, você está construindo um futuro melhor. Então, que as associações possam ter essa força.

Está aberta ao Deputado, a Secretária, que possa fazer uma visita para a gente ali, nossa Associação, ela por não ter capital, recurso, que nós somos sem fim lucrativo, nós remuneramos a Associação, com o quê? Com o que nós produzimos. Nós fazemos um curso de corte e costura; nós fazemos uma feira, vendemos e nós fazemos um curso de marcenaria, fazemos feira, vendemos e é esse o recurso que a Associação gira em torno de si. Então, eu gostaria de agradecer por esse trabalho do Deputado, de estarmos cuidando. Eu fui privilegiada que, lá na minha Associação, chegou um convite especial, com carro e tudo. Eu não tive que vir aqui, eu fiquei sabendo lá. Então, eu já fiquei muito feliz porque eu vi que os olhos do deputado e do resto do setor que está trabalhando está visando, está olhando a internet e está vendo que a gente está capacitado e quem não está, onde nós estamos. Então, eu fico muito feliz. Sei que estou sendo vista por alguém. Agradeço a oportunidade, em nome de Jesus.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Obrigado, Dona Ivonete, pela sua contribuição. Gostaria de convidar o senhor Edson Lustosa, do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito de Justiça.

**O SR. EDSON LUSTOSA** – Bom dia, Deputado Eyder. É um prazer revê-lo. Já faz um tempo que a gente não conversa, não é? Estou aguardando um contato com sua assessoria para darmos continuidade àquele projeto.

Eu resumi aqui, Deputado, e a minha fala é centrada na pauta desta Audiência Pública. Tive a curiosidade de ler o documento em que Vossa Excelência fez a proposição, e ali há uma pauta técnica que trata de assuntos que dizem respeito a todos nós. Referem-se à legislação, à nossa relação com o Estado, às parcerias. Então, no que diz respeito à legislação, a nossa ONG Centro de Estudos e Pesquisas de Direito de Justiça não poderia se furtar dar a sua contribuição.

Rememorando a fala do Rafael Vargas, que fez um lineamento histórico da evolução do Terceiro Setor, da legislação do Terceiro Setor em nosso país, é importante

lembrarmos que nós temos alguns marcos para o terceiro setor.

O primeiro deles... É porque eu já sou mais velho e conheço assim um pouco mais da história, a primeira entidade que eu presidi foi em 1984, a União de Cooperadores pelo Aperfeiçoamento da Qualidade da Vida no Rio de Janeiro. Então, assim, a gente vem acompanhando na verdade já há um tempo, não é?

Em 78, 79, com a redemocratização, começou a haver mudanças. Foi quando começaram a surgir no Rio de Janeiro as primeiras associações de moradores. Hoje, nós temos um quadro bem mais diverso de associações comunitárias. A gente vem evoluindo e quando tem um momento importante na administração pública, que é a inflexão do patrimonialismo para o gerencialismo, ou seja, o gestor público deixar de administrar o patrimônio público como se fosse seu e passar a trabalhar focado em objetivos, isso é que caracteriza o gerencialismo, e o Deputado Eyder, como mestrando em Administração Pública pela prestigiosa FGV, certamente concorda conosco nesse ponto. Então, aí, nós vamos ter essa busca do Estado pelo terceiro setor e maior liberdade. A Constituição de 88 nos assegurando o direito à livre associação e também vem contribuir fortemente para o novo cenário jurídico. Nós temos um período negro, como Rafael bem narrou, o descrédito do Terceiro Setor, a esquerda usando o Terceiro Setor para o aparelhamento ideológico e a direita usando o Terceiro Setor para roubar. Então, não podia dar certo. E depois desse período negro, nós estamos em um resgate. Mas um resgate em um momento bem interessante, com o atual Presidente da República, do partido do Deputado Eyder, em sua campanha chegou a dizer que, uma vez eleito, não ia ter dinheiro para as ONGs. Depois ele corrigiu. Ele ia cortar dinheiro das ONGs, falando genericamente. Então, graças a Deus, o Bolsonaro, nosso presidente atual, tem uma capacidade muito grande de rever quando ele fala uma coisa que não está muito correta, ele tem essa humildade de voltar e corrigir o discurso. Hoje nós temos aqui um deputado do partido do Presidente Bolsonaro fazendo uma audiência pública dessa. Então, um ponto assim que eu sempre me bato, Deputado, é que, quando se chama a Lei 13.019 do Marco Regulatório das Organizações de Sociedade Civil, isso é um erro jurídico imperdoável. Não sei se o professor Bruno Valverde está por aqui ainda, autor do livro, professor nosso lá do curso de Direito da Unir. Por quê? Porque essa lei não regula as organizações da sociedade civil, ela regula as parcerias. As organizações da sociedade civil são reguladas pelo Código Civil de 2002, que teve um *vacatio legis*, e entrou em vigor em 2004, com o seu novo livro, DAS PESSOAS, no TÍTULO II, tratando das pessoas jurídicas. E, em 2004, nós fizemos na Câmara Municipal de Porto Velho um encontro com as Associações, quem é desse tempo, Márcia Pini, Duziel estava lá, uma entidade, antigo Terceiro Setor, e ali discutíamos com o Corregedor-Geral da Justiça, que era o Desembargador Roosevelt à época, como funcionariam as questões cartoriais quando as ONGs fossem se registrar ou atualizar sua documentação no cartório do registro civil das pessoas jurídicas, já na vigência do novo Código Civil, que estabeleceu uma série de restrições, que antes não existiam. Em cima do Código Civil, veio uma alteração feita pelo Deputado rondoniense, já falecido, Agnaldo Muniz, que deu um tratamento diferenciado para as organizações religiosas, que até então

estavam sujeitas também às regras. Então ficaram as organizações religiosas com tratamento... Na verdade, elas não têm regra. Elas não são regidas pelo Código Civil nem por nada.

Bom, nós tivemos durante a vigência do pensamento de esquerda no país, chegou-se ao absurdo de ensaiar-se que as organizações de internação para recuperação de pessoas drogadas, resolução da ANVISA não poderiam ter vínculo religioso, chegou-se a esse absurdo Deputado, felizmente, isso foi revisto e no atual Governo espera-se que não haja um retrocesso desse, porque eu conheço 200 Entidades desse Brasil à fora, que eu milito nessa área de recuperação de pessoas drogadas e todas as que eu conheço que funcionam tem vínculo religioso, ou são evangélicas, espíritas ou católicas como a Casa Rosetta que aqui muito bem representa essas Instituições na pessoa da Giuse, essa Italiana de sangue rondoniense que se ainda não é Cidadã do nosso Estado, depois de 20 anos de luta social aqui, é por falta de memória dos nossos parlamentares, não é? Então nós temos essa evolução.

O que aconteceu? Quando veio a Lei 13.019 foi muito discutida, muito falada e tal... Fizeram a Lei 13.019, ela vai entrar em vigor daqui a seis meses, era o *vacatio legis*, previsto, quando faltava uma semana a Presidente Dilma: "não, mas seis meses porque o Estado, os Municípios não conseguiram se adaptar, não sei o quê". E assim foi. Quando chegou em 2015 ela entrou em vigor completamente alterada, completamente alterada pela 13.204 de 2015, inclusive, permitindo a 13.204, as alterações que fez que as Organizações Religiosas pudessem também firmar termo de colaboração e de fomento. A diferença eu acho que vocês sabem; fomento, quando o Projeto é da ONG, e o Estado dá o dinheiro para realizar aquele Projeto; colaboração é quando o Projeto é do Estado e ele chama a ONG para realizar; e acordos de cooperação, que é quando não tem dinheiro. Aquela Lei que você botou na tela, não é Rafael, a 3.307 eu vi lá na Ementa: Termo de Cooperação. Termo de Cooperação não existe. Nós temos Acordo de Cooperação, Termo de Fomento, Termo de Colaboração e o Termo de Convênio ainda para algumas situações que ainda se usa o Termo Convênio, mesmo com as ONGs.

Bom, o Estado foi pego de calça curta, quando eu digo o Estado, Deputado, não foi só o Poder Executivo não. Eu trabalhava aqui nesta Casa na Assessoria em 2016, nós trabalhávamos com a Deputada Rosângela Donadon, hoje é Vice-Presidente da Casa e eu cuidava das Emendas, e eu já vinha estudando a 13.019, fui impactado pela mudança que foi feito em 2015, mas já estava esperando que viesse uma nova Lei. E me lembro de uma reunião dos Assessores, dos 24 gabinetes, ninguém tinha pegado para ler a nova legislação, está todo mundo enrolado com as Emendas Parlamentares, e mais enrolado ainda, porque tem muita Emenda para a Agricultura, tinha uma senhora lá a dona Artemise, que era da Assessoria desse que é Secretário de novo, agora, da Agricultura, era Secretário do Governo anterior, e essa senhora, você chegava com uma Emenda Parlamentar, uma ONG, ela convencia o deputado a desistir daquela Emenda, desfazer o negócio com a ONG e botar o dinheiro na compra de tratores.

Não sei qual é o esquema. E que esses tratores seriam repassados às Associações lá dos Municípios. Eu falei: "é

mentira"! Mas, não creiam em mim. Resultado não é! Então, avisei. Aí depois estavam os deputados fazendo pressão no Tribunal de Contas para liberar os tratores, o Tribunal de Contas, tadinho, só estava examinando a legislação. Aquilo não podia ser repassado para as Associações porque a Associação para ela receber um bem do Estado seria um Acordo de Cooperação, não tem dinheiro, é o bem que ela recebe. Ela tem que ter um plano de trabalho, vai receber um trator tem que ter onde guardar o trator, tem que ter o camarada com curso de máquinas pesadas para operar o trator, tem que ter dinheiro para comprar o pneu, para botar o combustível, não é me dá um trator aí fica lá, usa três meses depois abandona na garagem. Então todas essas questões eu conheço assim nessa...

Eu lamento só hoje aqui que eu não estou vendo o pessoal das Associações Rurais, hoje, eu queria até ter chegado mais cedo, mas eu e o Pancho, o Lázaro é Presidente do "IDEAS" e a gente estava cedo, lá na Linha 21, atendendo um agricultor, pessoal da Associação lá que quebrou o caminhão e a gente foi lá para ver de que forma soluciona, que é uma das Associações que a gente dá assistência, acabamos tendo que ajudar foi a colher mandioca lá porque conseguimos um caminhão emprestado, estava para chegar e não tinha gente para colher e fomos lá cortar mandioca cedo, acabei me atrasando um pouco de chegar aqui. Mas, as Associações com quem eu tenho mais experiência são as Associações Rurais, tanto que essa ONG, nós realizamos essa pasta aqui é até desse negócio que nós fizemos Conferência Municipal de Agricultura e Abastecimento, foi a primeira que foi feita e única que depois ninguém quis fazer mais. Então, é lamentável Deputado, eu sugeriria a Vossa Excelência que fizesse uma Audiência dessa Itinerante para sentir a realidade das Associações Rurais. Nós ouvimos hoje aqui o clamor das Associações, aqui; mas, quem põe comida nas nossas mesas é lá as Associações Rurais na produção e precisam ser ouvidas também.

Bom, encerrando eu me apegando então essa questão da pauta dessa Audiência, eu até publiquei um artigo hoje cedo que é "Onde nos leva a Audiência Pública proposta pelo Deputado Eyder Brasil". Nós nos apegamos à finalidade, o quê que nós vamos tirar daqui. Está sendo gasto energia do Poder Público aqui, estamos usando equipamentos, tudo isso é um gasto público, e até o nosso tempo também, não é? Então, o princípio Magno, segundo o Hely Lopes Meirelles da Administração Pública, ele não está nem na Constituição. Ele é tão maior que não está nem na Constituição. É a finalidade.

Um ato, um gasto administrativo tem que atingir uma finalidade. E o nome dessa finalidade está na Constituição: a Eficiência, a Eficácia e a Efetividade também. Então, qual a efetividade dessa audiência? Aí eu me debrucei sobre aquela pauta que havia lá no documento da propositura e lá há a questão da proposição da criação do Conselho de Fomento e colaboração.

Eu queria passar às suas mãos Deputado, um estudo que foi feito pela nossa ONG sobre um decreto da Bahia que cria o CONFOCO, lá na Bahia. É bem interessante. É inovador,

que eu saiba foi o primeiro. E, tem algumas coisas que se forem revistas, estão anotadas aí o que precisa ser revisto, se isso for revisto esse material pode servir muito bem de subsídio para a elaboração de uma lei estadual. Sugiro a Vossa Excelência que se faça uma lei estadual que reveja todo o conteúdo da três mil e pouco lá, 3.122, que é um monstrinho aquela lei ali, junta de tudo um pouco e não resolve nada. Aí, fazer uma lei nova. E essas coisas que estão no decreto aí é porque é na Bahia, aqui em Rondônia a PGE não deixava passar não, que isso é inconstitucional. Esse decreto não está regulamentando, ele está legislando. Isso é competência do Poder Legislativo, ainda que por iniciativa do Executivo por se tratar de uma matéria da estrutura organizacional do governo.

Então, é preciso uma Legislação nova. Esse esforço que o Rafael falou que está sendo feito eu acho maravilhoso. Mas, acho também que Vossa Excelência poderia ver, regimentalmente como pode ser feito, para que o responsável por esse processo lá, que ele citou até o número aqui, seja convocado para uma comissão temática, se houver, ou pela própria Comissão de Constituição e Justiça para vir falar do andamento da elaboração dessa norma, para que haja uma interação com o Legislativo e com a sociedade. Porque criado o Confoco, as outras pautas que são de uma tecnicidade profunda, são de uma complexidade muito grande, poderão ser devidamente abordadas no devido prazo por este Conselho.

Não precisa ficar fazendo audiência, audiência, audiência e, olha o tempo que está esgotando. Então, eu acho que a gente pode concentrar a luta aqui em que Vossa Excelência, como líder do Governo, seja autor de uma indicação de um anteprojeto, porque tem que vir de lá a iniciativa, de um anteprojeto para que o Estado legisle, mande para cá uma mensagem de um Projeto de Lei Ordinária criando esse órgão, o Conselho de Fomento e Colaboração. Mas, quando criar, pelo amor de Deus, não faça igual esses Conselhos que tem aí, que é uma vaga da CUT, uma vaga de não sei quem. Não tem que dizer qual é a ONG de que vai pegar a vaga, tem que dizer o perfil do Conselheiro. Tem que ser um 'cabra' que tem pelo menos cinco anos de ONG, de gestão de ONG, ter pelo menos cinco anos de gestão de projetos de parceria, para ele poder entender. "Ah, é da CUT. É disso, é daquilo." Isso não legitima ninguém não. Isso é a maior conversa fiada que tem, esses conselhos de política pública com vaga reservada para organização sindical e 'diabo a quatro'.

Então, isso tem que ser corrigido e a oportunidade é agora. Por quê? Os projetos de parcerias de fomento e colaboração vão passar por esse Conselho depois de passarem pelos conselhos de políticas públicas, que a SEAS é prodiga em conselhos de políticas públicas. Eu sei porque eu fiz o anuário da SEAS de 2017 e fui redator e sei bem como está a situação, é conselho que não acaba mais. Então, aqueles conselhos todos ali eles vão olhar a parte temática: Direito Humanos, essas questões raciais, etc. e tal. Mas, o Conselho de Fomento e Colaboração é para olhar a tecnicidade do projeto, a legitimidade dele e a viabilidade econômica também.

Então, nesse documento que eu passei as suas mãos Deputado, estão todas essas observações aí. Está bem mastigado o negócio.

Eu falei do Decreto da Bahia, falei da legitimidade dessa Audiência, agora eu queria só colaborar com a Giuse, ela nos trouxe a baila aqui a questão da repetição da exigência de documento. Pede lá no SISPAR. Deputado, é só o senhor copiar a Lei Federal que saiu agora do Governo Bolsonaro. Repartição pública federal não pode pedir do cidadão, documentos que conste nos arquivos de outra repartição. Eu vou na UNIR fazer a minha matrícula, ela não pode me pedir meu CPF, porque ela é órgão federal, ela que se entenda com o Ministério da Fazenda. Então, é só baixar uma lei dessas aqui em nosso Estado que acaba essa 'papagaiada'. Eu não acredito que um Conselho de Políticas Públicas da SEAS não tenha acesso aos arquivos do SISPAR. Se não tem, então demite o pessoal da informática, que é incompetente, que é para ter. Então, a solução poderia ser essa.

Um negócio que é atravanca para quem tem Associação e está correndo atrás de documentação aqui é a certidão de pessoa jurídica do Tribunal de Contas do Estado. É a única certidão que não sai online. É 48 horas. Está saindo agora? Que evolução, não é? Quanto tempo? O homem foi à lua em sessenta e poucos. Mas já conseguiram agora. Então, está evoluindo.

Eu queria registrar aqui também, Deputado, a preocupação. Nós temos as demandas que urgem e, que podem muito bem serem atendidas. Eu pediria que ficasse de pé aqui o Dr. Luiz Carlos Pimentel Alves, para gente conhecer, por favor, Dr. Luiz Carlos, o pessoal lhe conhecer aqui. O Dr. Luiz Carlos, ele é Presidente da recém criada Clínica de Repouso Beneficente Jesus de Nazaré. Nós temos uma demanda reprimida muito grande no nosso Estado de internação feminina para recuperação de drogas, eu acho que eu só conheço a Casa Rosetta hoje, internação feminina. Mais grave que isso, acaba de sair a Lei do Presidente Bolsonaro também, permitindo a internação involuntária, Casa Rosetta para internação voluntária, certo. Nós não temos uma Instituição no Estado para atender a internação involuntária. Já tem uma aonde? É. Qual a capacidade? Não, só masculina, pois é. Nós não temos uma entidade para atender internação involuntária feminina.

Se tiver uma mulher noiada na rua, não tem para onde levar.

Vai levar para o SUS? Para os médicos que estão preocupados com outras coisas, atender... Eles não vão ter capacidade de dá um atendimento adequado, a questão das drogas tem muitas peculiaridades. Mas, hoje se a clínica que o Dr. Pimentel, ele é psiquiatra. Então, o projeto dele é ofertar essa internação involuntária para família, a sociedade pede para internar a noiada e que seja para um período de desintoxicação, a partir do momento que ela quer se recuperar, aí ela deixa de ser chamada de noiada e vai para internação

voluntária, é assim que funciona o negócio. Só que, por ser uma entidade recém criada, vai esbarrar nesses requisitos temporários de preexistência, registro de CNPG de tanto tempo.

Então, é necessário verificar se numa legislação estadual que for feita, se consegue deixar essa brecha de que em não havendo entidade que preencha o requisito temporal, se possa para atender uma emergência social, fazer convênio então.

Então, o que eu sugerir isso, espero que Vossa Excelência receba a nossa sugestão de lutar pela criação do Conselho, acho que essa audiência aqui, ela tem legitimidade de sobra para endossar uma proposta dessa, pelas pessoas que estão aqui presentes, todas com ampla militância no Terceiro Setor.

Eu espero que a minha contribuição seja útil e como eu falei a Vossa Excelência da última vez que eu estive em seu gabinete; estamos à disposição. Obrigado.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Obrigado senhor Edson Lustosa, pela contribuição. Para encerrar as falas dessa audiência, eu quero chamar aqui o Dr. Luiz Carlos Alves, que é médico psiquiatra, homeopata e acupunturista.

**O SR. LUIZ CARLOS PIMENTEL ALVES** – Eu quero agradecer e desejar saúde e harmonia a esse deputado que este fazendo esse trabalho aqui, é uma coisa muito importante. Vou contar minha história. Minha história é a seguinte. Eu desejo antes que esse grupo de pessoas que estão aqui, lutadores, dignos de reconhecimentos e aplausos, eu não cheguei nesse ponto.

A minha história começou há 10 anos. Eu tinha duzentos mil reais na Caixa Econômica e já fazia uns 3 ou 4 anos e faltava uma quantidade para eu tirar esse dinheiro. Atendi um paciente, porque eu sou médico, como já disse, acupunturista, homeopata, fiz psiquiatria especialização nos Estados Unidos, Temple University. Então, esse trabalho, é um trabalho assim, essa história minha faltava um dinheiro. Esse paciente me fez essa doação e fez uma referência 'Porque não construir uma clínica?'. Mas, antes eu falei que precisava desse dinheiro, ele quando voltou na consulta, ele já trouxe o dinheiro para eu fazer o resgate dos meus duzentos ou trezentos mil reais que estava na Caixa Econômica. E eu peguei e construí, eu construí fiz um projeto do arquiteto para 4 andares, construí 2 pavimentos, porcelanato o 1º andar, de 153 metros cada andar e gastei todo esse dinheiro, no tempo usando o meu cartão de crédito; então rendeu. Está lá a minha clínica, diferente de vocês que já tem a clínica já movimentada as ONG's e eu estou lá agora querendo continuar esse trabalho que não estão funcionando. Eu fiz um refeitório grande porcelanato, fiz uma suíte, fiz um atendimento de enfermagem e está lá o meu trabalho, estou num local correto para solicitar de vocês, aos amigos, para auxiliar esse meu sonho, meu sonho de trabalho, que não tem um apoio psicológico, psiquiátrico aqui de hospital, aqui no nosso Estado, é carente disso. Para encerrar, eu estive um colega falou aqui da internação involuntária, eu estava

nos Estados Unidos, Temple University, e saia de ambulância na madrugada pegando as pessoas nojadas junto com os americanos lá na Filadélfia, e levava para o hospital, levava para o hospital para fazer internação. Olha só a organização; a ambulância pegava involuntariamente, levava para o Juiz, o Juiz atendia a esta pessoa, falava para ela, explicava da internação involuntária, ela não aceitava, o Juiz falava para ela que era somente quarenta dias, trinta dias, ou desintoxicação, quinze dias, depois analisava o caso dela, obedecendo sempre o livre-arbítrio da pessoa, o direito da pessoa. É essa a minha história, estou aí nesta construção, é uma área de três mil metros ou mais, ali no Nacional. E eu comprei uma área de três mil metros, onde será futuramente esse hospital de apoio psicológico, psiquiátrico. Eu comprei outra área lá em Candeias, e vai ser o segundo ponto de Comando, atendendo aqui a demanda aguda, involuntária na hora, e depois mandando lá para o Candeias também, lá em Candeias, não construiu, tem o terreno, está lá este terreno à disposição de Vossa Excelência, de fazer um trabalho assim, e eu realizar o meu sonho, não é meu, é de Rondônia. Eu sou goiano, e rondoniense de coração. Obrigado, bom dia a todos, grato.

**O SR. EYDER BRASIL (Presidente)** – Obrigado Dr. Luiz. Finalizando esta Audiência Pública, eu queria agradecer a presença de todos vocês que estiveram presentes conosco até neste horário.

Eu gostaria de deixar aqui alguns encaminhamentos, não é Rafael? Que foram previamente estipulados, debatido junto com os atores, mas, precisávamos ouvir de vocês que são realmente os atores principais do Terceiro Setor, essas necessidades, que essas necessidades fossem sanadas.

Algumas propostas para a política pública do Terceiro Setor, elaboradas:

1 - Que é a padronização do procedimento de parceria entre administração pública estadual e as OSCs, de acordo com a Lei Federal 3019.

2 - A revogação da Lei Estadual nº3122 de 2013. Na Construção do PAA, que vamos começar a trabalhar, que sejam incluídos Programas Orçamentários para atender os Projetos das OSCs, de Rondônia.

3 - Incentivar as políticas de educação assistência a saúde, a cultura, esporte e descentralizar as suas ações de forma continuada.

4 - Motivar a concessão de benefícios fiscais as empresas que façam doações as Organizações da Sociedade Civil.

5 - Alteração da Lei da Titularidade da Organização Social a Lei Estadual nº 2675 de 2011.

6 - Fortalecer o Sistema de Pareceria do Governo do Estado de Rondônia, o SISPAR.

7 - A criação do Conselho Estadual de Colaboração e Fomento, o CONFOCO.

8 - Criar um Programa de Excelência de Gestão do Terceiro Setor.

9 - Criar um Programa de Capacitação Continuada para o Terceiro Setor, realizando cursos, palestras, seminários, que desenvolva habilidade de gestão, participação e lideranças voltadas para excelência da execução e projetos em sua correta prestação de contas.

10 - E ainda atualizar a Secretaria de Finanças do Estado, a SEFIN. A legalidade da obtenção da inscrição estadual as OSCs.

11 - E garantir a efetivação dos repasses, dos recursos do Programa Nota Legal.

Esses são alguns pontos, é a pauta que o nosso gabinete vai abraçar a partir de agora tendo em virtude todo o nosso compromisso com o Terceiro Setor, por tudo aquilo que nós falamos nesta manhã.

Quero agradecer a todos em especial as autoridades aqui presentes, ao meu amigo Rafael Vargas, a Secretária Adjunta, a Liana, todos vocês que tiveram conosco.

Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo rondoniense, declaro encerrada a presente Audiência Pública. Muito obrigado.

**(Encerra-se esta Audiência Pública às 12h26minutos).**

## SUP. DE RECURSOS HUMANOS

### ATO Nº3114/2019-SRH/P/ALE

**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 11 da LC nº 967, de 10 de janeiro de 2018, resolve:

### DESIGNAR

A servidora **FABIANA CARLA HOLANDA CORILAÇO**, matrícula nº 200166220, ocupante do Cargo de Assistente Técnico, para responder pelo Cargo de Chefe de Cartório da Corregedoria Administrativa, no período de 1º a 31/07/2019, em virtude de férias do titular.

Porto Velho, 10 de julho de 2019.

**LAERTE GOMES**  
PRESIDENTE

**ARILDO LOPES DA SILVA**  
SECRETÁRIO GERAL

**SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES****AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Processo Administrativo nº 000007177/2019-65**

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA – ALE/RO** toma público que está contratando por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fulcro no Inciso X do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, a Locação de um imóvel localizado na Avenida 7 de Setembro nº 1239, CEP 76.801-097, esquina com Avenida Marechal Deodoro, Bairro Centro, na cidade de Porto Velho/RO, tendo como locatária a empresa CCN Construções e Incorporações Ltda, inscrita no CNPJ nº 08.364.742/0001-08, para atender as necessidades do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio da **ALE/RO**, para armazenamento de materiais de consumo, bens permanentes e equipamentos em desuso, no valor mensal de R\$ 26.890,00 (Vinte e seis mil, oitocentos e noventa reais), pelo período de 12 (doze) meses.

**MILTON NEVES DE OLIVEIRA**  
Superintendente de Compras e Licitações – ALE/RO

Ratificamos a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** nos termos dispostos no inciso X, do art. 24, da Lei nº 8.666/93.

Publique-se no prazo máximo de 5 (cinco) dias, para que produza sua eficácia, conforme determina o artigo 26 da Lei 8.666/93.

Porto Velho/RO, 11 de julho de 2019.

Maria Marilu do Rosário de B. Silveira  
**Secretária Geral Adjunta - ALE/RO**

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA**  
**Pregão Eletrônico nº 008/2019/PPP/ALE/RO**  
**Processo Administrativo nº 00825/2019-29**

A Superintendência de Compras e Licitações - SCL, por meio de seu Pregoeiro, designado através do **ATO Nº 0221/2019-SRH/P/ALE**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados que a licitação supracitada tendo como finalidade o **Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema de ar condicionado com tecnologia VRF, controle de fumaça por pressurização das escadas de emergência, ventilação e exaustão mecânica e de Unidades de Tratamento de Ar (UTA's), com recuperadores de calor, instalados no Edifício da ALE/RO, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos e materiais de consumo**, a pedido do a pedido da **Secretaria de Engenharia e Arquitetura – SEAR**, foi declarada **FRACASSADA**, em face da desclassificação de todas as propostas, estando desde já os autos franqueados aos interessados.

Porto Velho-RO, 10 de julho de 2019.

Everton José dos Santos Filho  
Pregoeiro ALE/RO